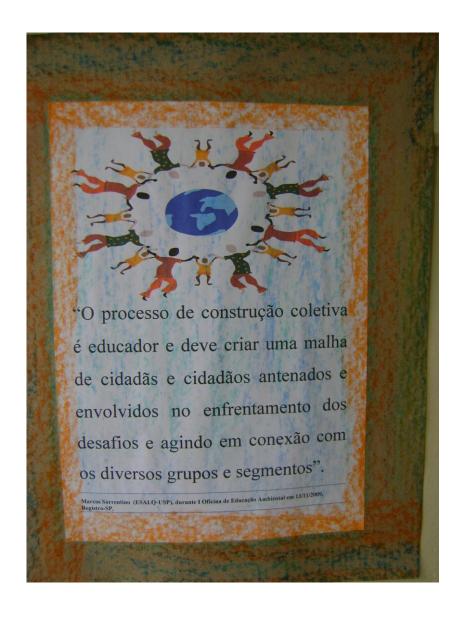
# PLANO DIRETOR DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL



Realização:





Apoio:



## PLANO DIRETOR DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL

Vale do Ribeira - 2009/2011

#### ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	4
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO	6
INTRODUÇÃO	10
HISTÓRICO E LEGISLAÇÃO DA EA NO BRASIL E NO ESTADO DE SÃO PAULO	
CARACTERIZAÇÃO DA BACIA DO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL	
CONTEXTO REGIONAL O PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO COMITÊ DA BACIA DO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL	17 22
PRINCÍPIOS	24
DIRETRIZES.	25
OBJETIVOS	26
PUBLICO ENVOLVIDO	
LINHAS TEMÁTICAS	30
PLANO DE AÇÕES PRIORITÁRIAS	31
GLOSSÁRIO	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
ANEXOS	
LINHA DO TEMPO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO VALE DO RIBEIRA	43

#### 1- APRESENTAÇÃO

#### Apresentação da estrutura do documento

Este documento encontra-se estruturado em dez capítulos: Apresentação, Introdução, Princípios, Diretrizes, Objetivos, Público Envolvido, Linhas Temáticas, Plano de Ações Prioritárias, Glossário, Referências Bibliográficas e Anexos.

A apresentação, referente ao Capítulo 1, traz um breve relato de todas as fases realizadas para construção do Plano Diretor de Educação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul, bem como as metodologias utilizadas para a elaboração dos diversos produtos que constituem este documento.

O Capítulo 2 encontra-se dividido em duas partes principais. A primeira, intitulada "Uma Panorâmica da Educação Ambiental", traz uma descrição dos principais fatos históricos que contribuíram para a definição da Educação Ambiental como uma área delimitada do saber e como prática pedagógica. Faz também uma breve descrição dos documentos fundamentais que constituem o marco legal da Educação Ambiental no Brasil e no Estado de São Paulo. Completam este Capítulo a panorâmica da Educação Ambiental e a descrição dos resultados obtidos através do levantamento bibliográfico e do histórico da Educação Ambiental no Vale do Ribeira. Essa pesquisa traça uma linha do tempo com os principais projetos e ações relacionadas à Educação Ambiental desenvolvidas no território do Vale do Ribeira nos últimos 60 anos. A segunda parte deste Capítulo, intitulada "Caracterização da Bacia do Ribeira de Iguape e Litoral Sul", traça um breve perfil regional de acordo com os principais indicadores sociais, econômicos e ambientais da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul e define o papel da educação ambiental no CBH-RB.

Os capítulos 3, 4 e 5 descrevem, respectivamente, as definições dos princípios, diretrizes e objetivos que orientarão pedagógica e politicamente as ações e os projetos que serão fomentados e desenvolvidos a partir do Plano Diretor de Educação Ambiental.

O capítulo 6 define o público envolvido na construção das ações e projetos fomentados pelo Plano Diretor de Educação Ambiental, de acordo com os segmentos definidos pela Educação Ambiental: formal, informal, não formal e educação ambiental no sistema de gestão integrado dos recursos hídricos. Cabe ressaltar que o segmento definido como

formal trata daqueles processos educativos desenvolvidos no âmbito das instituições de ensino, incluindo suas várias estruturações e modalidades, ou seja, da pré-escola à universidade. A Educação Ambiental informal é promovida por meio dos diferentes meios de comunicação e mídias sociais disponíveis – jornal, TV, rádio, internet, revistas, etc. – e tem por característica atingir um grande número de pessoas e públicos diversificados. Por sua vez o segmento não-formal refere-se aos processos desencadeados fora do sistema escolar, através das diversas formas de organização da sociedade civil, sejam elas cooperativas, associações, sindicatos, ONGs, entre outras. O segmento educação ambiental no sistema de gestão de recursos hídricos é por definição teórica não-formal, entretanto, o seu destaque visa reforçar o papel do CBH-RB como um órgão de fomento e desencadeador dos processos educativos no âmbito da Bacia Hidrográfica.

O capítulo 7 traz a descrição das linhas temáticas definidas para o desenvolvimento das ações e projetos desencadeados através do plano diretor de Educação Ambiental. Em seguida apresenta-se o Plano de Ações Prioritárias, apontando uma sequência de propostas de ações que deverão ser fomentadas e/ou desenvolvidas pelo CBH-RB e seus respectivos membros, definidas num horizonte de curto, médio e longo prazo. O Plano de ações prioritárias encontra-se dividido em 5 eixos orientadores de ações. São eles: Formação Continuada; Comunicação Social, Produção e Socialização de Material Educativo; Desenvolvimento e socialização de Estudos, Pesquisas e Experimentações; Sensibilização e Mobilização Social; Acompanhamento e Avaliação Continuada.

O capitulo 8 traz o glossário contendo a descrição de todas as siglas de Leis e abreviações utilizadas no texto sobre Gestão de Recursos Hídricos, Comitês de Bacia, Termos Técnicos relacionados a Educação Ambiental e Meio Ambiente.

Por sua vez, os capítulos 9 e 10 descrevem, respectivamente, as referências bibliográficas utilizadas para construção deste documento e os anexos contendo as principais legislações consideradas para a composição do Plano Diretor de Educação Ambiental.

#### 1.1 - Processo de Construção do Plano

Este documento é fruto de um amplo processo de debate e pesquisa sobre a Educação Ambiental no Vale do Ribeira, desenvolvido pelo Projeto Plano Diretor de Educação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul - executado pela organização não governamental Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira (IDESC), financiado pelo FEHIDRO e em parceria com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul (CBH-RB) - no período compreendido entre setembro de 2009 e dezembro de 2011.

O documento pretende apontar os rumos e nortear a construção dos futuros projetos e ações conjuntas relacionadas à conservação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul, bem como enunciar ações para a construção de uma sociedade sustentável, onde Sociedade e Natureza possam coexistir harmoniosamente. É, também, reflexo das discussões anteriores realizadas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape que, através da análise de seu Plano de Bacia, observou a necessidade de nortear e definir estratégias de ações em Educação Ambiental voltadas, principalmente, para a conservação dos recursos hídricos. Tendo em vista os fundamentos propostos pela Educação Ambiental, é possível afirmar que o processo de construção do Plano Diretor, em si, foi educativo, por ter proporcionado a participação popular, a pluralidade de ideias, o olhar crítico sobre a realidade socioambiental do Vale do Ribeira e a troca de saberes entre os atores sociais envolvidos no processo.

O Plano Diretor de Educação Ambiental foi elaborado através da realização de duas fases principais. Na primeira, foram realizadas uma ampla Revisão Bibliográfica sobre a Educação Ambiental regional; a formação de um Conselho Técnico Científico de Educadores Ambientais; três encontros regionais de Educação Ambiental; a aplicação de questionários e entrevistas com pessoas atuantes em Educação Ambiental na região; e a elaboração de uma matriz interativa confrontando as ações de Educação Ambiental, cursos e treinamentos fomentados e/ou realizadas pelo CBH–RB com outras experiências regionais, estaduais e nacionais. Na segunda fase foram realizadas a compilação e a sistematização dos dados obtidos nas discussões anteriores; as reuniões do Conselho Gestor e do Grupo de Sistematização; o georreferenciamento das ações e projetos levantados; o II Encontro Regional de Educação Ambiental; a consulta pública final da proposta em Assembleia Ordinária do CBH-RB; e a finalização da presente proposta.

As atividades foram iniciadas em Setembro de 2009 com o levantamento de instituições, entidades e lideranças da região do Vale do Ribeira e Litoral Sul, tais como associações de moradores, produtores rurais, comunidades tradicionais, diretorias de ensino, organizações não-governamentais e institutos de pesquisa, que atuaram ou atuam com temas relacionados à Educação Ambiental e ao meio ambiente.

Com o objetivo principal de provocar o debate sobre a importância de um Programa de Educação Ambiental para o Vale do Ribeira foi promovida a I Oficina de Educação Ambiental, realizada na cidade de Registro em Novembro de 2009. O evento articulou o encontro entre diversas instituições, entidades e pessoas que desenvolvem trabalhos direta ou indiretamente ligados à Educação Ambiental, bem como a ampliação do seu histórico em âmbito Estadual e Regional, a proposta para a formação do Conselho Gestor do Projeto e a proposição de estratégias para articulação dos encontros regionais. Nesta oficina foi iniciada a construção da Linha do Tempo de Educação Ambiental do Vale do Ribeira, que teve prosseguimento depois nos Encontros Microrregionais. A oficina contou com a participação de 65 pessoas, representantes de 35 instituições, das quais 16 da sociedade civil e 19 do poder público, totalizando 15 municípios, entres eles Registro, Iguape, Eldorado, Iguape, Miracatu, Tapiraí, São Lourenço da Serra, Sete Barras, Pariquera-Açu, Iporanga, Cananéia, Barra do Turvo, Ilha Comprida, Campinas, São Paulo e representantes do CBH-Baixada Santista.

O Conselho Gestor do Projeto foi composto por pessoas e instituições voluntárias, reconhecidamente atuantes na área da Educação Ambiental, indicadas pelos participantes durante a I Oficina de Educação Ambiental. Teve a função de atuar no projeto como uma instância consultiva, auxiliando no levantamento do histórico da Educação Ambiental na região e na discussão, formulação e validação das propostas construídas durante o processo de elaboração e finalização do Plano.

Para facilitar e promover a participação dos diversos atores sociais neste processo, tendo em vista a sua abrangência regional, foram organizados os Encontros Microrregionais de Educação Ambiental. Os Encontros, com o tema "Olhar o Presente para Planejar o Futuro", foram realizados no Alto, Médio, Baixo Vale do Ribeira e região do Lagamar, durante o mês de Março de 2010, respectivamente em Apiaí, Miracatu e Registro. Os municípios que sediaram os eventos foram apontados durante a I Oficina de Educação Ambiental e escolhidos com o intuito de facilitar a logística de movimentação dos participantes de todos os municípios envolvidos. Tiveram como objetivo principal o debate e a reflexão sobre as

potencialidades e problemáticas ambientais na região. A partir destas análises surgiram as principais demandas e propostas para a Educação Ambiental na Bacia. Os encontros possibilitaram também o levantamento das ações e projetos em Educação Ambiental que foram realizados em cada microrregião para complementar a Linha do Tempo iniciada no levantamento bibliográfico e na I Oficina de Educação Ambiental.

No Alto Vale, o encontro contou com a participação de 52 pessoas, representantes de 17 instituições, das quais 11 da sociedade civil e 6 do poder público, totalizando 5 municípios: Apiaí, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista e Ribeira. No Médio Vale participaram 51 pessoas, representantes de 31 instituições, das quais 19 da sociedade civil e 12 do poder público, totalizando 07 municípios: Itariri, Juquiá, Juquitiba, Miracatu, Tapiraí, Pedro de Toledo e São Lourenço. Também participaram representantes de Peruíbe, Eldorado, Registro e Pariquera-Açu. Na região do Baixo Vale e Lagamar o encontro teve a participação de 70 pessoas, representantes de 38 instituições, das quais 23 da sociedade civil e 15 do poder público, totalizando 10 municípios: Cajati, Ilha Comprida, Eldorado, Sete Barras, Jacupiranga, Registro, Cananéia, Iguape, Barra do Turvo e Pariquera-Açu. Também participaram representantes de Miracatu, Juquiá e São Paulo.

Concomitante ao levantamento de contatos das instituições, entidades e pessoas envolvidas com a questão ambiental na Bacia, à realização da Oficina de Educação Ambiental, dos Encontros Microrregionais e das reuniões do Conselho Gestor do Projeto, foi realizado o Levantamento Bibliográfico sobre a Educação Ambiental na Bacia do Ribeira de Iguape e Litoral Sul. Primeiramente, foi realizado pela equipe técnica um levantamento bibliográfico prévio e, posteriormente, este levantamento foi apresentado e discutido durante a I Oficina de Educação Ambiental e nos Encontros Microrregionais de Educação Ambiental.

Na segunda etapa do projeto, considerando os encaminhamentos anteriormente levantados durante os debates realizados nas reuniões do Conselho Gestor, Oficinas de Educação Ambiental e na 1ª rodada dos Encontros Microrregionais, foi iniciada a compilação e sistematização dos dados. Este trabalho teve como objetivo a categorização das propostas obtidas, levando em consideração as especificidades da Educação Ambiental e as características socioambientais da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul. As propostas foram categorizadas de acordo com seu conteúdo, sendo alocadas como princípios, objetivos, diretrizes, linhas temáticas e ações prioritárias. Em paralelo a este trabalho, foi realizado um amplo levantamento da legislação pertinente a

Educação Ambiental no âmbito regional, estadual e federal. Entre elas ressaltam-se a Política Nacional de Educação Ambiental, Política Estadual de Educação Ambiental, Resolução Conama nº 422/2010, Propostas para Educação Ambiental na Agenda 21/Projeto Vale do Ribeira Sustentável, Educação Ambiental no Plano de Bacia CBH-RB, entre outras. As propostas categorizadas foram confrontadas com estes documentos legais pertinentes para verificar se entre elas não havia nenhuma em desacordo com a legislação. Posteriormente foi iniciado o processo de análise dos dados, onde as propostas que apresentaram similaridades de conteúdo foram sintetizadas de modo a comporem um único enunciado e contemplar a totalidade das ideias.

Com o intuito de debater e validar as propostas resultantes deste processo foi realizado o II Encontro Regional de Educação Ambiental com o tema: "Planejando Ações para um Futuro Melhor." O objetivo do encontro foi discutir avaliar e complementar as informações contidas no texto base do Plano Diretor de Educação Ambiental, tais como Princípios, Objetivos, Diretrizes. Nesta etapa também foram complementadas as linhas temáticas para a Educação Ambiental, bem como estabelecidas as Ações Estratégicas para a Bacia Hidrográfica no horizonte de curto, médio e longo prazo de acordo com os temas e segmentos da Educação Ambiental: Formal, Não-Formal, Informal e Institucional. O evento contou com a participação de 55 pessoas, representantes de 36 instituições, entre sociedade civil e poder público, totalizando 14 municípios: Apiaí, Barra do Turvo, Cajati, Eldorado, Ilha Comprida, Iporanga, Itapirapuã, Juquiá, Maringá, Miracatu, Pariquera-Açu, Registro, Ribeira e São Paulo.

Ainda com o intuito de referendar o processo de construção do Plano e envolver o maior número de pessoas e instituições no debate, a proposta foi apresentada em reuniões setoriais do CONDEMA/Cananéia e da APA-MARINHA, abrangendo principalmente os municípios da região do Lagamar: Iguape, Ilha Comprida e Cananéia. Finalmente, fechando o ciclo de consultas públicas e debates, a proposta resultante deste processo foi apresentada em Assembleia Pública Ordinária realizada pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira e Litoral Sul. Na ocasião, o processo de elaboração do Plano foi referendado pelos participantes e membros do comitê.

#### 2- Introdução

#### 2.1- Uma panorâmica da Educação Ambiental

#### 2.1.1 - Histórico e Legislação da EA no Brasil e no Estado de São Paulo

De acordo com a bibliografia existente é possível dizer que foi a partir da década de 60 que se começou a falar na importância de estudos e processos educacionais tendo como base o Meio Ambiente. Segundo alguns autores, o termo Educação Ambiental (Enviromental Education) foi usado pela primeira vez durante uma conferência sobre Educação na Universidade de Keele, Grã-Bretanha. É importante lembrar ainda que anterior a este período, pensadores, escritores e naturalistas já destacavam a necessidade de proteção dos recursos naturais e da importância do contato com a natureza para a formação humana. Entretanto, costuma-se definir a Conferência de Estocolmo, datada do ano de 1972, como um marco para definição da temática de educação ambiental na agenda mundial.

Em 1975, também em Estocolmo, a Educação Ambiental foi referendada em nível internacional com a criação do Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) sob a responsabilidade da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). O PIEA foi consolidado dois anos após sua criação na Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, conhecida como Conferência de Tbilisi, onde foram definidos os objetivos, princípios e as estratégias para a promoção da Educação Ambiental.

No Brasil, a Educação Ambiental surgiu antes de ser institucionalizada pelo Governo Federal. Desde o século XIX o assunto já era debatido em publicações e principalmente no âmbito do movimento conservacionista. A partir da década de 70 temos o surgimento do ambientalismo associado às lutas democráticas por meio dos movimentos estudantis, organizações da sociedade civil e até prefeituras municipais ou governos estaduais.

O ano de 1973 marca o início do processo de institucionalização da Educação Ambiental no âmbito do Governo Federal com a criação da SEMA, Secretaria Especial do Meio Ambiente. A SEMA estabeleceu como uma de suas atribuições "o esclarecimento e a educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do Meio Ambiente". A secretaria, como pioneira, foi importante para a formação de recursos humanos e o processo de sensibilização da sociedade para as questões relacionadas ao meio ambiente. É de responsabilidade dela a realização de seis

cursos de especialização em educação ambiental e de cinco seminários sobre Universidade e Meio Ambiente, além da produção de diversos materiais educativos e audiovisuais com a temática ambiental.

No ano de 1981 a Educação Ambiental deu mais um passo rumo à institucionalização. A Política Nacional do Meio Ambiente estabeleceu sua inclusão em todos os níveis e modalidades de educação visando formar a sociedade para participar ativamente na defesa do meio ambiente. Em sintonia com a tendência, em 1988, a Constituição Brasileira dedicou o capítulo XI ao Meio Ambiente, estabelecendo no seu Artigo 225, Inciso VI, a necessidade de "promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente".

Já na década de 90 o MEC publicou a Portaria 678/91 determinando a inclusão da Educação Ambiental como um componente que deve permear todo o currículo da educação escolar em todos os seus níveis e modalidades. Também de autoria do MEC a Portaria 2421/91 instituiu em caráter permanente um Grupo de Trabalho de Educação Ambiental cujo objetivo foi definir juntamente com as Secretarias Estaduais de Educação as metas e estratégias para implantação da EA na educação formal e não-formal do país. Este mesmo grupo se transformou, em 1993, na Coordenadoria Geral de Educação Ambiental (COEA/MEC).

Durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - Rio 92 - foi elaborada a Carta Brasileira para Educação Ambiental que elege a Educação Ambiental como uma estratégia para a sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida no planeta. A Rio 92 também legou outro importante documento para a construção da sustentabilidade planetária, a Agenda 21. O documento traz um programa de ações estratégicas a ser adotado em nível global, nacional e local. Seus 40 capítulos contemplam temas como biodiversidade, infraestrutura, recursos hídricos, habitação, educação, entre outros.

O ano de 1994 foi determinante para o fortalecimento da Educação Ambiental em âmbito nacional com a elaboração da Proposta do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) pelo MEC/MMA/MINC/MCT. O documento, com o objetivo de "capacitar o sistema de educação formal e não-formal, supletivo e profissionalizante, em seus diversos níveis e modalidades", foi aprovado pela Presidência da República em 1995. Neste mesmo ano foi criada, por meio da resolução nº 11/95 do CONAMA, a Câmara Técnica Temporária

de Educação Ambiental que se reuniu em 1996 para discutir o documento intitulado "Subsídios para a formulação de uma Política Nacional de Educação Ambiental" elaborado pelo MEC e MMA/IBAMA. O documento tinha como princípios orientadores a participação, a descentralização, a interdisciplinaridade e o reconhecimento da pluralidade e diversidade cultural.

Visando garantir a implementação do PRONEA foi incluído no Plano Plurianual do Governo Federal (1996/1999) a "promoção da Educação Ambiental, através da divulgação e uso de conhecimentos sobre tecnologias de gestão sustentável dos recursos naturais". Nesse mesmo ano foi criado pelo MMA o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental que firmou parceria com o MEC através de um protocolo de intenções que visava o desenvolvimento de ações conjuntas em Educação Ambiental. Entre as ações desenvolvidas pelo grupo estão a Elaboração e coordenação da 1ª conferência Nacional de Educação Ambiental; a Promoção de Seminários sobre a prática da educação ambiental no ecoturismo, biodiversidade e Agenda 21 e Promoção do Levantamento Nacional de Projetos de Educação Ambiental.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), aprovados em 1997, também são um marco importante para a inclusão da educação ambiental no currículo, principalmente, do ensino formal. Os PCNs dão subsídios às escolas para definição e elaboração do seu projeto pedagógico, apontando valores e temas transversais que devem permear o processo educativo, entres eles: meio ambiente, ética, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo, entre outros. Além disso, foi produzida neste mesmo ano a "Carta de Brasília para a Educação Ambiental", elaborada durante a 1ª Conferência de Educação Ambiental em Brasília.

O processo de institucionalização da Educação Ambiental no Brasil culminou, em 1999, com a aprovação da Lei nº 9.795 que dispõe sobre a criação da Política Nacional de Educação Ambiental. A lei, regulamentada pelo Decreto nº 4281, de 25 de junho de 2002, reconhece em seu artigo 2º a Educação Ambiental como "um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal."

No Estado de São Paulo é possível falar em institucionalização da Educação Ambiental a partir do ano de 1994, com a elaboração do Programa Estadual de Educação Ambiental pela Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo. O programa designa quatro linhas

temáticas que devem orientar a realização de ações e projetos no Estado: ensino e meio ambiente; cidadania e participação popular; capacitação profissional e desenvolvimento sustentável, comunicação e informação. O documento é resultante de um amplo processo de debates sobre estratégias e metodologias adequadas a diversidade do Estado e traz as diretrizes que orientam o trabalho da Coordenadoria de Educação Ambiental e da sociedade civil.

Em 1997 a Lei nº 9.509 instituiu no Estado de São Paulo a Política Estadual do Meio Ambiente. De acordo com o 2º artigo do documento: "A Política Estadual do Meio Ambiente tem por objetivo garantir a todos da presente e das futuras gerações, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, visando assegurar, no Estado, condições ao desenvolvimento sustentável, com justiça social, aos interesses da seguridade social e à proteção da dignidade da vida humana." Um dos princípios preconizados pela lei destaca que a promoção da educação e da conscientização ambiental deve ter a finalidade de capacitar a população para o exercício da cidadania.

Por fim, a Educação Ambiental é consolidada em âmbito estadual com a criação da Política Estadual de Educação Ambiental, através da Lei nº 12.780 de 2007. A lei foi elaborada em harmonia com os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental, do Programa Nacional de Educação Ambiental e com a Política Estadual do Meio Ambiente.

#### 2.1.2 – Linha do Tempo da Educação Ambiental no Vale do Ribeira

O levantamento de Informações sobre a Educação Ambiental na região foi realizado com o objetivo de conhecer o histórico e a atual situação da Educação Ambiental na Bacia do Rio Ribeira de Iguape e Litoral Sul. Foram utilizadas diversas metodologias para a coleta de informações como: Revisão bibliográfica, consultas a materiais já publicados como livros, cartilha, relatórios, folhetos; consultas a sites; conversas informais com pessoas engajadas e reconhecidas em Educação Ambiental dentro e fora da Bacia; Entrevistas semiestruturadas com pessoas que atuam com Educação Ambiental, questionários estruturados com Instituições que atuam com Educação Ambiental na Bacia; e a realização de uma dinâmica de construção da Linha do Tempo em Educação Ambiental realizada durante a primeira oficina do projeto e os três encontros microrregionais.

No Anexo, encontra-se a descrição completa do levantamento feito pelo Projeto Plano Diretor de Educação Ambiental.

A seguir, os mapas temáticos que retratam o levantamento de ações e projetos de Educação Ambiental no Vale do Ribeira.

#### 2.1.3 - Mapas Temáticos da EA no Vale do Ribeira

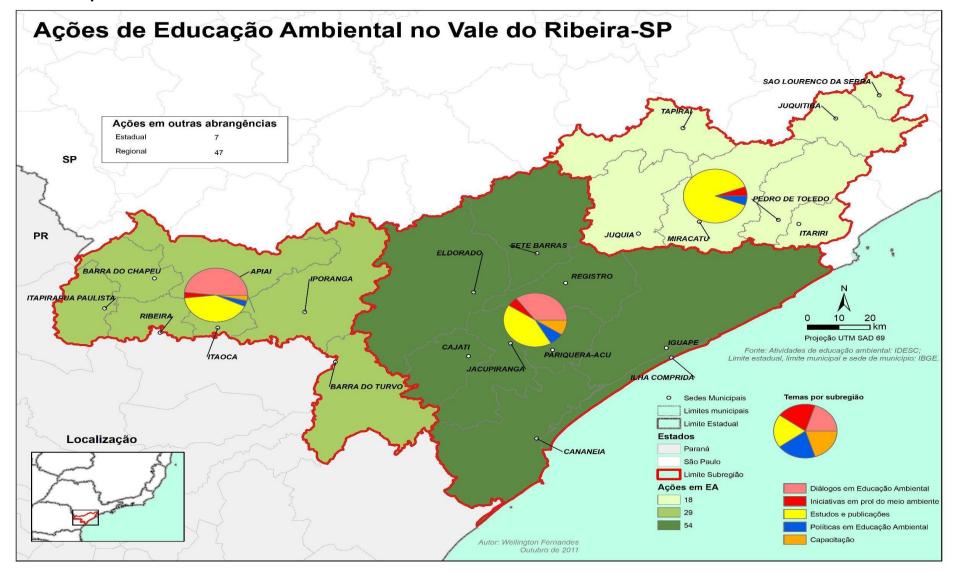


Figura 1- Mapa: Quantidade e tipo de ações em Educação Ambiental levantados por microrregiões.

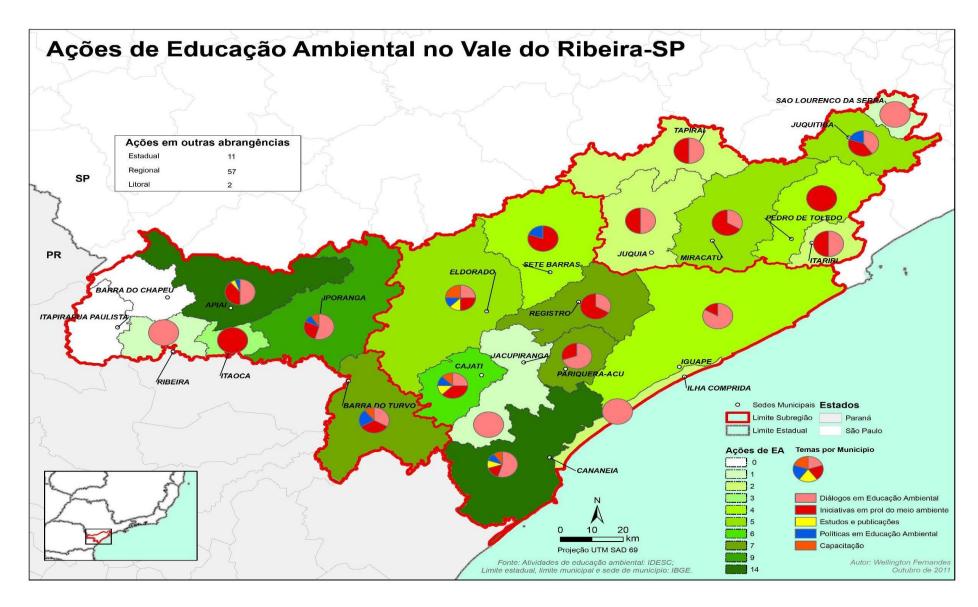


Figura 2 - Mapa: Quantidade e tipo de ações em Educação Ambiental levantados por Município.

#### 2.2- Caracterização da Bacia do Ribeira de Iguape e Litoral Sul

#### 2.2.1- Contexto Regional

A Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e Litoral Sul localiza-se ao sul do Estado de São Paulo e apresenta área de 17.056 Km², com uma população de 382.262 habitantes (Seade,2008). A área total, incluindo a porção paranaense, é de 25.681 km². É representada pelos municípios de Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Juquitiba, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Registro, Ribeira, São Lourenço da Serra, Sete Barras, Tapiraí. Os principais rios da Bacia são o Ribeira, na sua parte inferior denominado Ribeira de Iguape e seus afluentes são: Açungui, Capivari, Pardo, Turvo, Juquiá, São Lourenço, Jacupiranga, Una da Aldeia e Itariri. Os principais reservatórios são Alecrim, Barra, França, Porto Raso, Salto de Iporanga, Catas Altas e Serraria. A região apresenta significativa concentração de empregos e renda no setor de serviços e na agropecuária (banana, bovinos, bubalinos, chá, plantas ornamentais), mineração e indústrias relacionadas (cimento, cal, areia e brita para construção), turismo e pesca nos municípios litorâneos

O Vale do Ribeira está localizado entre dois dos Estados mais desenvolvidos do sul do País, entretanto, apresenta os mais baixos índices socioeconômicos (IDH-M e IPRS) do Estado. Caracteriza-se por ter sido umas das primeiras regiões brasileiras intensamente exploradas no período Colonial e Imperial, contudo ainda guarda o maior remanescente de Mata Atlântica preservada do Brasil (Instituto Socioambiental, 2008).

Segundo o ITESP (2003), ocupa 10% do território paulista, onde existem ainda grandes extensões recobertas por vegetação natural. O clima na região é tropical, quente e úmido, com uma temperatura média anual entre 18 e 22º centígrados (ITESP, 2003). A região possui 60% de toda a sua área recoberta por vegetação nativa e Unidades de Conservação (Resende, 2002). O território abrange um continuum ecológico que se define pela integração de diversas áreas essenciais para a conservação, cujas grandes extensões de habitats naturais com livre fluxo de matéria e energia são fundamentais à manutenção da biodiversidade. O continuum ecológico representa um dos mais importantes corredores remanescentes de Mata Atlântica do País. Dos originais 1,1 milhão de km² de mata, apenas 11,4% se encontram ainda preservados no País. Deste restante, 20% se encontram no Vale do Ribeira que concentra o maior número de Unidades de Conservação do território paulista.

Segundo dados do *Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da Bacia do Ribeira de Iguape e Litoral Sul - 2011* - os índices populacionais e de densidade demográfica continuam baixos na região, entretanto a migração do campo para a cidade tem originado problemas, como por exemplo, o crescimento urbano desordenado. Devido ao aumento da urbanização, mesmo com um crescimento muito pequeno da população total, a região experimenta aumento da população das áreas urbanas e, consequentemente, maior necessidade de água e saneamento. Além disto, os habitantes recém chegados às áreas urbanas vão, em muitos casos, ocupar áreas com riscos de inundações e geológicos, como deslizamentos e erosão acelerada. A região apresenta falta de planejamento e implantação de soluções para a redução da produção reuso, reciclagem e disposição final adequada dos resíduos sólidos, com destaque principalmente para os municípios litorâneos que devido à interdição dos seus vazadouros estão sendo obrigados a exportar os resíduos domésticos para outros municípios do Estado.

A região apresenta baixa atividade econômica, em relação à média do Estado. A agricultura é caracterizada por uma maioria de pequenas propriedades e grande parte da produção não contabilizada. Mesmo assim considerando-se as atividades de agropecuária formalizadas, estas e os serviços são as mais expressivas na dinâmica econômica da região, sendo que as atividades de mineração também se mostram significativas. Suas principais atividades são a mineração de areia nos leitos dos rios, principalmente Ribeira de Iguape, Juquiá e Jacupiranga, e a extração de calcário, fosfato e fabricação de cimento na bacia do Jacupiranga e no Alto Ribeira. A atividade mineradora e industrial associada tem, no entanto, causado grande impacto ambiental na bacia do rio Jacupiranga.

A baixa atividade econômica e o baixo nível de investimentos públicos e privados refletemse nos índices sociais IDHM – Índice de desenvolvimento humano municipal e IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social. As últimas medições, 2004, 2006 e 2008, mostram uma variação muito pequena nos índices, com dois municípios melhorando na última medição, mantendo-se a média muito baixa. A região também enfrenta adversidades impostas por dificuldades de acesso à informação, infraestrutura básica precária, como estradas, telefonia, disposição de resíduos, saneamento básico, sistema escolar e de saúde deficientes, que levam as instituições atuantes na UGRHI a uma grande dependência de outras regiões em relação a recursos humanos, bens materiais e serviços de maior complexidade. Este panorama singular, em relação a outras UGRHIs do interior do Estado, aliado às demais características físico-naturais, revela a necessidade de estruturação de políticas públicas diferenciadas que permitam a conciliação do potencial de conservação com o desenvolvimento econômico e social da região. São necessários

esforços maiores do que estão sendo feitos para melhorar a atividade econômica geral e para apoio às parcelas mais frágeis da população.

Segundo os resultados preliminares do projeto "Plano Diretor para recomposição florestal visando à conservação de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul", em execução pelo Instituto Socioambiental (ISA), a região apresentou aumento no desmatamento principalmente nas áreas de pressão, com destaque para o eixo da BR-116 e Rio Ribeira. O estudo releva também que existem áreas de cultivos abandonadas que apresentam regeneração natural, um importante indicador do êxodo rural. Os dados revelam ainda que 25,16% das APPs da Bacia Hidrográfica encontram-se degradadas, totalizando uma área de 70.679,9 ha. As atividades que mais impactam as APPs no Vale do Ribeira são a ocupação por campos e pastagens que representa 41,80% do total das áreas degradadas, seguida por 18,18% de áreas antropizadas e 10,45% ocupadas pela monocultura da Banana. O estudo destaca como características socioambientais comuns para a região do Vale do Ribeira: a falta de esclarecimento da população sobre a legislação, principalmente a ambiental; a migração da população rural para área urbana; a descaracterização do campo com as práticas tradicionais dando lugar para economias menos diversificadas; o grande potencial turístico ainda pouco explorado; problemas com disposição de resíduos; e a regeneração da vegetação pelo abandono do campo.

Na região do Portal do Vale as principais características socioambientais levantadas foram: a forte pressão para conservação da área de manancial para abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo; o grande número de chácaras de lazer; as atividades turísticas; atividades agrícolas pouco expressivas no caso de São Lourenço da Serra, Juquitiba e Tapiraí; produção concentrada de banana em Juquiá, Miracatu, Itariri e Pedro de Toledo; tendência de expansão futura da ocupação no eixo da BR-116 por galpões e atividades industriais; sendo que o município de Tapiraí foi o que apresentou a maior redução de sua população nos últimos 10 anos.

Na região do Alto Vale, com exceção do município de Apiaí, as cidades estão sendo esvaziadas; a população está migrando da área rural para urbana; nota-se o crescimento da economia de fortes pressões como cultivo de eucalipto, pinus e exploração minerária; há problemas com deslocamento, transporte e vias de acesso; problemas com qualidade e quantidade da água; iniciativas de restauração e de produção orgânica.

No Médio Vale verificou-se o crescimento da economia de fortes pressões como a monocultura da banana e a atividade de mineração; impactos das enchentes; a cidade de

Registro apresenta grande crescimento urbano; tendência de expansão da ocupação no eixo da BR-116 por atividades de grande porte; crescimento do número de instalações de atividades de pesquisa e ensino; problemas com disposição de resíduos. Na região do Lagamar foram levantadas como características socioambientais: a expansão imobiliária; problemas com a disposição de resíduos, especialmente em decorrência do Turismo; problemas com contaminação, afetando saúde das pessoas, qualidade do pescado, etc.; expansão da criação de búfalos e do cultivo de eucalipto; impactos do Valo Grande.

Durante os Encontros Microrregionais de Educação Ambiental do Projeto Plano Diretor de Educação Ambiental da Bacia do Ribeira de Iguape e Litoral Sul também foram debatidas as potencialidades e os principais problemas enfrentados no âmbito da Bacia do Ribeira. Deste debate foi possível extrair apontamentos importantes para a contextualização das características das subrregiões do território e também para o debate e a formulação das propostas de ações e projetos de Educação Ambiental constantes neste Plano.

Na região do Alto Vale os participantes destacaram como potencialidades a existência das comunidades tradicionais, das Unidades de Conservação; do Turismo Ecológico; e a Agroecologia. Como problemas foram apontados a burocracia para captação de recursos para projetos na área ambiental; dificuldade das associações elaborarem e aprovarem projetos; o saneamento básico precário no meio rural; a falta de apoio técnico para elaboração de projetos; a demora na liberação dos recursos dos projetos aprovados; a necessidade de tratamento da água; a falta de reflorestamento da mata ciliar; a falta de fiscalização efetiva sobre os recursos florestais e os recursos hídricos da região; a falta de cuidado com os mananciais; os problemas com a monocultura do eucalipto e do pinus; a falta do protagonismo juvenil na política ambiental; a dificuldade para regularização de áreas de plantio; a falta de orientação aos agricultores e pecuaristas.

No Médio Vale foram apontadas como potencialidades a diversidade natural e cultural da região e a rede pública de ensino como referência em trabalhos e ações de Educação Ambiental. Como problemas foram ressaltados a destinação inadequada dos resíduos sólidos; a inexistência da coleta seletiva na maioria dos municípios; a necessidade de sensibilizar e incentivar a sociedade civil em relação à problemática ambiental; a necessidade de promover a sensibilização dos gestores públicos em relação à problemática ambiental; a falta de protagonismo no movimento socioambiental; as dificuldades de articulação e participação da sociedade civil; a falta de apoio do poder público para a articulação e mobilização da sociedade civil; a dificuldade de estabelecer parcerias; a falta de fiscalização para a preservação ambiental; o uso desenfreado de

agrotóxicos nas margens dos rios; problemas com a extração ilegal e roubo de palmito juçara; a falta de políticas públicas de geração de renda e inclusão social; o desmatamento na beira dos rios; a estrutura do poder público dificulta a articulação, disseminação e o intercâmbio de ações ambientais; a falta de documentação e registro de todas as ações que ocorrem na área de educação ambiental; a falta de abordagem dos professores nas escolas sobre os problemas ambientais da região onde moram; a dificuldade na separação de materiais recicláveis pelos moradores do meio rural; a falta de iniciativa das comunidades para resolução dos problemas.

Na região do Baixo Vale e do Lagamar foram apontadas as seguintes potencialidades: Ecoturismo; Agroecologia; Riqueza cultural; Comunidades fortalecidas; Piscicultura; Aquicultura; diversidade natural e produtiva (agrofloresta, pupunha, plantas ornamentais, búfalos, etc); Matas e Água. Como problemática os participantes destacaram a dificuldade na captação de recursos e para obtenção de financiamento a projetos; a falta de apoio e parcerias; a dificuldade para debate das questões ambientais no interior do atual modelo de desenvolvimento econômico; a existência de muitas Unidades de Conservação, representando tanto ameaças como oportunidades às comunidades tradicionais; o êxodo rural por falta de alternativas econômicas; a ocupação desordenada; o assoreamento dos rios; a extração ilegal do palmito juçara; o baixo investimento no turismo sustentável e na monitoria ambiental; a falta de subsídios e apoio para as comunidades tradicionais que vivem no interior das Unidades de Conservação; a falta de informação sobre as legislações ambientais vigentes; a falta de informação sobre as oportunidades de financiamento de projetos; a banalização dos conceitos e ações em educação ambiental; a necessidade de articular a organização comunitária; a falta de articulação e trabalho integrado entre os diversos setores; a preocupação com propostas de reserva legal e créditos de carbono; as interferências político-partidárias nas ações; a falta de saneamento rural e urbano; a falta de sinergia entre os poderes; a deficiência dos órgãos públicos; a falta de capacitação; a falta de cursos universitários, graduação e pós, voltados à realidade da região; a dificuldade de acesso à universidade pelos alunos da região; a falta de investimento para ampliação da UNESP; a dificuldade de obtenção do licenciamento ambiental para manejo e produção de espécies nativas da fauna e flora; a necessidade de um plano de ordenamento territorial em Barra do Turvo e Cajati, envolvendo SAA e SMA para o planejamento e uso da terra; o turismo desordenado.

### 2.2.2- O Papel da Educação Ambiental no Comitê da Bacia do Ribeira de Iguape e Litoral Sul -

As diretrizes das Políticas Nacional e Estadual de Educação Ambiental a expressam como um componente essencial e permanente, devendo estar presente de forma articulada em todos os níveis e modalidades dos processos de gestão ambiental. O artigo 9º da Política Estadual de Educação Ambiental ressalta como objetivo fundamental a promoção da regionalização e descentralização de programas, projetos e ações de Educação Ambiental. Por sua vez, o Plano Diretor de Educação Ambiental para a Bacia do Ribeira de Iguape e Litoral Sul teve como principal objetivo criar as diretrizes para uma política regional de Educação Ambiental, bem como para nortear as ações do CBH-RB, delimitando seus princípios, objetivos, público envolvido, linhas temáticas e ações prioritárias.

É importante ressaltar que estas propostas foram debatidas e elaboradas de acordo com a análise do contexto regional e respeitando a diversidade de atores que estiveram envolvidos neste processo. De forma participativa, estes atores propuseram formas para promover a conservação dos recursos hídricos como, por exemplo: a criação de Centros de Referência em Educação Ambiental, a Produção e Disseminação de Material de Apoio, a formação continuada em Educação Ambiental, etc. Todo o processo de elaboração foi norteado por princípios fundamentais que possibilitaram, em parte ou em sua totalidade, a compreensão da Educação Ambiental como um processo de transformação de valores e posturas para a tomada de ação pela sociedade e dos indivíduos do Vale do Ribeira, ressaltando entre eles: a possibilidade da articulação dos vários atores sociais no estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de projetos e demais ações de Educação Ambiental; a promoção de ações sinérgicas na Gestão de Recursos Hídricos, por meio de uma abordagem integrada e sistêmica; a consideração das dimensões econômicas, sociais e ambientais como fatores indissociáveis para a execução de qualquer atividade, projeto ou ação de educação ambiental; a efetiva participação da sociedade nos processos de decisão e/ou elaboração de projetos de Educação Ambiental; a garantia de que toda ação ou projeto a ser realizado seja focado na conservação dos recursos hídricos e consequentemente na melhoria da qualidade ambiental do Vale do Ribeira.

O próprio "Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul", finalizado em 2008, já apontava a Educação Ambiental como uma das linhas temáticas a ser trabalhada na Bacia como forma de promover a conservação dos recursos hídricos na região. Iniciativas no campo da promoção da educação ambiental surgiram

junto ao CBH-RB com a aprovação de alguns projetos pelo FEHIDRO e com a contratação recente de um técnico especialista em Educação Ambiental, pela Secretaria do Meio Ambiente, para atuar no Comitê da Bacia. É importante ressaltar que o Comitê de Bacia cumpre um papel importante na articulação de políticas públicas para a região, não as executando, porém deliberando e promovendo a sinergia entre as diversas ações realizadas em sua área de abrangência.

Uma das preocupações que incentivaram a elaboração deste documento foi a promoção institucional da Educação Ambiental buscando delinear estratégias que possam integrar principalmente as pessoas e as propostas relacionadas à Educação Ambiental dentro do Território. Vale ressaltar que o Programa de Educação Ambiental deve cumprir um papel de emulador de políticas públicas relativas a este campo na região. O Comitê CBH-RB, através do programa de Educação Ambiental, poderá auxiliar a promoção da sinergia e a indução de ações junto a parceiros responsáveis pelo desdobramento local e pela concretude das ações aqui propostas. Também é importante reforçar que o Programa de Educação Ambiental tem como característica central a necessidade de ser amplamente divulgado e debatido junto aos 23 municípios que compõem o CBH–RB.

#### **PRINCÍPIOS**

Constituem-se como princípios fundamentais do Plano Diretor de Educação Ambiental do Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul:

- A educação ambiental primando pela formação critica e cidadã como um processo contínuo, permanente, articulado e com capilaridade para alcançar e envolver todos os fóruns, segmentos, locais e toda a diversidade de atores sociais que formam a Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul.
- 2. A construção de processos de educação ambiental a partir das necessidades e experiências das comunidades rurais e urbanas inseridas no âmbito da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul.
- 3. A concepção do ser humano como parte integrante e indissociável do meio ambiente.
- 4. O reconhecimento à diversidade natural, cultural, étnica, socioeconômica, de espécies e de ecossistemas existente no Território do Vale do Ribeira.
- 5. A promoção da valorização da cultura, do conhecimento, das experiências e práticas das comunidades tradicionais, rurais e urbanas do Vale do Ribeira, garantindo o protagonismo destas populações.
- 6. A busca pela construção de uma sociedade sustentável em suas diversas dimensões social, ambiental, política, econômica, ética e cultural, por meio da adoção de novos padrões de relação entre a sociedade e o meio natural visando a garantia da qualidade de vida atual e para as gerações futuras.
- 7. O fortalecimento e o incentivo para o envolvimento dos diversos atores sociais nos processos participativos que impliquem em tomadas de decisões coletivas.
- 8. O estímulo aos processos de troca de conhecimentos e vivências entre os diversos atores sociais, bem como à promoção do reconhecimento e da integração entre os saberes tradicionais e populares e o conhecimento técnico-científico.
- 9. A busca da sinergia política e a cooperação entre os diversos atores sociais no âmbito da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul.
- 10. O incentivo e o estímulo para o despertar do sentimento de pertencimento ao Território.
- 11.O respeito ao pluralismo de ideias e o estímulo ao diálogo entre as diferentes concepções pedagógicas.

- 12. A conexão e a articulação entre as diversas ações educadoras promovidas ou incentivadas no âmbito da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul.
- 13. A abordagem de forma articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais.
- 14. A transparência em todo o processo de educação ambiental no âmbito da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul.
- 15.O direito à participação e ao acesso democrático dos diversos atores sociais à produção e à difusão da informação relativa aos processos de educação ambiental desencadeados no âmbito da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul.
- 16. A busca pela integração entre a Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul e outras bacias hidrográficas estaduais e federais.

#### **DIRETRIZES:**

- 1. Integração com a Lei № 9795/99, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- 2. Integração com a Lei Nº 9.433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- Integração com a Lei Nº 12.780/2007, que institui a Política Estadual de Educação Ambiental.
- 4. Integração com a Resolução Conama nº 422/2010 que estabelece diretrizes para campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental.
- 5. Integração com a Lei nº 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências.
- 6. Integração com a Portaria FF/DE Nº156/2011, que estabelece roteiros para elaboração de Plano Emergencial de Educação Ambiental e de Plano de Ação de Educação Ambiental para as Unidades de Conservação de Proteção Integral e outras providências.
- 7. Integração com a Resolução CNRH 98/2009, que Estabelece princípios, fundamentos e diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social e a informação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

- 8. Integração com a Resolução CNRH 17/2001, que estabelece diretrizes complementares para a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas.
- 9. Integração com o Plano Diretor de Matas Ciliares da Bacia do Ribeira de Iguape e Litoral Sul.
- 10. Integração com o Plano da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul.

#### **OBJETIVOS:**

São objetivos do Plano Diretor de Educação Ambiental do Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul:

- 1. Estimular a recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul.
- Fortalecer os grupos e organizações associativas, comunitárias, cooperativas, empreendimentos de economia solidária, comitês, fóruns, conselhos, redes e coletivos jovens e educadores existentes na Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul, valorizando, apoiando e fomentando suas iniciativas, projetos e ações de educação ambiental;
- Fortalecer e valorizar as práticas comunitárias sustentáveis dos povos e culturas tradicionais (pescadores, ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, indígenas, caipiras e caboclos etc.) que permeiam toda a Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul;
- 4. Promover a formação continuada de editores de educação ambiental visando a construção do conhecimento em seus respectivos grupos e segmentos;
- 5. Estimular a participação e o protagonismo social;
- 6. Promover a reflexão sobre a realidade local e os modelos de desenvolvimento econômico e social, visando o fomento e o fortalecimento dos meios de produção, comercialização e consumo que utilizem práticas cooperativas, solidárias e sustentáveis:
- 7. Promover a articulação e divulgação das ações de educação ambiental no Vale do Ribeira, bem como buscar articulação com outras iniciativas fora do território da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul;

- 8. Utilizar os diferentes meios de comunicação para articular e desencadear processos de educação ambiental, envolvendo a maior parte da população neste processo e tendo em vista a necessidade de comunicar para transformar, e não apenas para informar;
- Estimular ações educativas que utilizem as Unidades de Conservação inseridas na Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul como espaços de Educação Ambiental;
- 10. Buscar o maior envolvimento da população do entorno das Unidades de Conservação, de todas as modalidades, inseridas na Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul nas ações de gestão e educação ambiental;
- 11. Estimular e articular parcerias e apoio dos setores público e privado, bem como das instituições de ensino para a formação, elaboração e execução de projetos, programas e ações de educação ambiental;
- 12. Disseminar práticas, tecnologias alternativas e discutir responsabilidades para implantação e manutenção do saneamento básico rural e zonas urbanas com dificuldade de acesso a esses serviços;
- 13. Fomentar o envolvimento e a participação dos diversos segmentos da sociedade civil organizada nas instâncias de gestão dos recursos hídricos, valorizando o papel do Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul (CBH-RB) e divulgando suas iniciativas, ações e projetos;
- 14. Estimular a criação de fóruns, redes e espaços de debate, troca de experiências e de articulação entre os diversos atores sociais e grupos organizados das comunidades visando a participação nos processos de decisão sobre a gestão dos recursos hídricos da Bacia;
- 15. Promover a incorporação da educação ambiental na formulação e execução de ações e projetos desencadeados pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul.
- 16. Estimular a implantação de Agenda 21 Locais.
- 17. Promover a integração das ações de gestão e educação ambiental entre as Unidades de Conservação.
- 18. Incorporar a estrutura do Plano Diretor de Educação Ambiental ao processo de elaboração e revisão dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação.

#### **PUBLICO ENVOLVIDO:**

SEGMENTOS	PUBLICO
Educação Ambiental no Sistema de Gestão de	Membros dos segmentos da sociedade civil e do poder público do Comitê da Bacia e suas Câmaras Técnicas.
Educação Ambiental Formal	Estudantes de todos os níveis e modalidades da rede pública e privada de Professores e Educadores da rede pública e privada de Ensino Estudantes de Universidades, Faculdades, Cursos Técnicos e
Educação Ambiental Não- Formal	Comunidades Tradicionais (Ribeirinhas, Caiçaras, Quilombolas e Indígenas) Agentes de Saúde Lideranças Comunitárias Monitores, Formadores e Educadores Ambientais Lideranças Religiosas Lideranças Políticas Associações de Bairros Comunidades Rurais Associações de Classe Associações de Catadores Clubes de Serviços Sindicatos Federações Colônias Agricultores Pescadores Extrativistas Gestores Públicos Prefeituras, Secretarias e Departamentos municipais ONGs Movimentos Sociais Movimentos estudantis Conselhos Municipais Empresas e funcionários Agricultores familiares Agentes da Defesa Civil Jovens Gestores e funcionários das Unidades de Conservação Pontos de Cultura Coletivos Jovens e Educadores População em geral
Informal	Meios de comunicação (Rádio, TV, Internet/Redes Sociais, Jornais, Revistas, etc.)

#### 7 - Linhas Temáticas:

TEMAS	SUBTEMAS
	Bacias hidrográficas
	Proteção dos Mananciais
	Poluição das Águas
	Cobrança pelo uso da água
	Consumo Consciente
ÁGUA	Racionalização do Uso
	Melhoria da qualidade da Água
	Apoio aos pescadores no período de defeso
	Ecossistema Hídrico
	Escassez Hídrica
	Redes de Comunicação
	Redes de Articulação
COMUNICAÇÃO	Meios de Comunicação
	Produção de materiais educativos
	Realização de eventos
	Inundações e Enchentes
	Deslizamentos
	Assoreamento dos corpos d'água
EDUCAÇÃO PARA RISCOS AMBIENTAIS	Desmatamento
	Erosão do solo
	Queimadas
	Contaminação de solo e água
	Processos de Formação Continuada
FORMAÇÃO CIDADÃ	Comunicação
. C	Legislação Ambiental
	Cooperativismo e Associativismo
	Vegetação Natural
OCUPAÇÃO E USO DO SOLO	Urbanização
222	Agricultura e Agropecuária
	Mineração

	Indústria
	Áreas Verdes Urbanas
	Recuperação das Nascentes
	Unidades de Conservação
	Reserva legal
	Pagamento por serviços ambientais
RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE ÁREAS	Plantios e Recomposição da Mata Ciliar
	APPs
	Biodiversidade
	Tráfico de Animais
	Caça
	Adequação Ambiental
	Saneamento básico rural e urbano
	Reaproveitamento e Reuso da água
SANEAMENTO AMBIENTAL	Compostagem
SANEAWIENTO AWIDIENTAL	Coleta Seletiva e Reciclagem
	Redução de Resíduos Sólidos
	Lixo Eletrônico
	Agroecologia e manejo sustentável
	Alternativas e práticas sustentáveis
SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS/	Consumo Consciente
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Economia Solidaria
	1
	Arborização Urbana

#### 7.1 - Plano de Ações Prioritárias

A seguir estão definidas as ações prioritárias que darão suporte para o desenvolvimento da Educação Ambiental no âmbito do Comitê de Bacia do Ribeira de Iguape e Litoral Sul. Ao todo foram definidas 42 ações estratégicas para a consolidação do plano no horizonte de curto, médio e longo prazo para serem iniciadas. Deste total 32 foram priorizadas como de curto prazo o que reforça a necessidade de um intenso trabalho para a efetiva implementação do Plano.

EIXO ORIENTADOR 1 - Formação Continuada: Este eixo propõe orientar programas de formação continuada em Educação Ambiental direcionados aos seus diferentes públicos e segmentos, bem como estimular parcerias entre os setores público e privado para concretização destes. A Formação Continuada é aqui entendida como um processo que se desenvolve ao longo da vida de um ser humano, ou seja, a partir das experiências formativas acumuladas durante a trajetória de cada indivíduo. Ela não está necessariamente ligada a um curso, palestra ou disciplina específica.

Ações	Agentes Responsáveis	Prazo
Formar os diversos segmentos sociais em legislação ambiental.	ONGS, PREFEITURAS, CBH-RB, POLICIA AMBIENTAL, OAB, SMA, MMA, CETESB, CEA-SMA, ESCOLAS, DEFENSORIA PÚBLICA	Curto - até 2 anos.
Formar os diversos segmentos sociais em Sistema de Gestão de Recursos Hídricos.	CBH-RB, DAEE, SAEE, ANA, SABESP, CBRN- SMA, CPRM, IES, COLÔNIAS DE PESCADORES, SINDICATOS, CEA-SMA, ONGS	Curto - até 2 anos.
Formar os gestores públicos em planejamento e gestão territorial com ênfase em desenvolvimento sustentável.	IES, ITESP, SOCIEDADE CIVIL, SMA, ONGS, MMA, MDA, CPRM, CATI, FF, ICM-BIO, PREFEITURAS, CBH-RB, CPLA, SAA, SEPLAN	Curto - até 2 anos.
Formar os diversos segmentos sociais para a elaboração e gestão de projetos socioambientais.	ONGs, CBH-RB, IES, FF, CATI, SAA, ICM-BIO	Curto - até 2 anos.
Formar a população da Bacia Hidrográfica para participação nos fóruns, conselhos e outras instâncias.	ONGS, CBH-RB, CATI, ANA, FF, ICMBIO, PREFEITURAS, IES	Curto - até 2 anos.
Formar e instrumentalizar agentes editores em Educação Ambiental atuantes nas instituições de ensino	SEE-CENP, DRE, SMA, SME, IES	Curto - até 2 anos.
Formar agentes editores em práticas ambientais sustentáveis, agroecologia, segurança alimentar, educação ambiental e Educomunicação.	DRE,PREFEITURA, ONGS, CBH-RB, CATI, MDA, COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES, FF, ICMBIO, CEA, IES	Curto - até 2 anos.
Formar os integrantes dos Conselhos Municipais e Núcleos de Defesa Civil em gestão participativa e defesa civil.	DEFESA CIVIL, CBH-RB, DAEE, IES, BOMBEIROS, INST. GEOLÓGICO, PREFEITURAS, ONGs	Curto - até 2 anos.
Formar os gestores públicos para a implantação do Plano Nacional dos Resíduos Sólidos.	ONGs, PODER PÚBLICO	Curto - até 2 anos.
Fomentar a criação dos Planos Municipais de Resíduos Sólidos.	ONGs, PODER PÚBLICO	Curto - até 2 anos.
Formar os membros dos Conselhos de Unidades de Conservação, Meio Ambiente, Educação e Turismo em Gestão Participativa.	FF, ICMBIO, SME, SMMA	Curto - até 2 anos.

Formar técnicos que atuam com grupos,
associações, cooperativas e grupos não formais.

ONGs, CATI, SAA, PREFEITURAS, ICA

Curto - até 2 anos.

#### EIXO ORIENTADOR 2 - Comunicação Social, Produção e Socialização de Material

Educativo: Este eixo tem como objetivo dar enfoque ao caráter educativo desempenhado pela comunicação social. Pretende-se aqui desenvolver ações que informem/divulguem de forma igualitária as informações socioambientais, abrangendo públicos e segmentos sociais diferenciados e de maneira diversificada, considerando para isso os diferentes níveis de produção e acesso à comunicação encontrados no Território da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul. Os materiais produzidos devem estar de acordo com o público a que é direcionado, primando pela adequação linguística e de conteúdo.

Ações	Agentes Responsáveis	Prazo de início
Realizar eventos e atividades culturais que estimulem a troca de conhecimentos e experiências sobre recursos hídricos e educação ambiental.	PREFEITURAS, SECRETARIAS DE CULTURA, SOCIEDADE CIVIL, ONGS, CRHI, DRES, SMA, ANA, SABESP, FF, SETOR PRIVADO, ICMBIO	Curto - até 2 anos.
Promover a divulgação das ações em Educação Ambiental realizadas na Bacia Hidrográfica.	CBH-RB, PREFEITURAS, SOCIEDADE CIVIL, ONGS, CRHI, DRES, SMA, ANA, SABESP, FF, ICMBIO	Curto - até 2 anos.
Produzir materiais educativos e informativos sobre Educação Ambiental e Recursos Hídricos.	ONGs, SMA, SEE, ONGs, CBH-RB, PREFEITURAS, SOCIEDADE CIVIL, ONGS, CRHI, DREs, SMA, ANA, SABESP, FF, CETESB, SETOR PRIVADO, ICMBIO	Curto - até 2 anos.
Divulgar informações, eventos, ações e materiais de educação ambiental nas diversas mídias.	ONGS, SMA, SEE, ONGS, CBH-RB, PREFEITURAS, SOCIEDADE CIVIL, ONGS, CRHI, DRES, SMA, ANA, SABESP, FF, CETESB, ICMBIO	Curto - até 2 anos.
Criar e manter uma Rede Virtual regional de Educação Ambiental.	ONGs, CBH-RB	Curto - até 2 anos.
Criar e Manter rede social regional de educação ambiental.	ONGs, CBH-RB	Curto - até 2 anos.

#### EIXO ORIENTADOR 3 - Desenvolvimento e socialização de Estudos, Pesquisas e

Experimentações: Este eixo visa orientar o desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações que tenham como foco principal a valorização da identidade local e regional, assim como destacar a função social do conhecimento científico e valorizar o conhecimento e as tecnologias sociais tradicionais como saber socioambiental. Pretende-se por meio deste fomentar ações que diagnostiquem a realidade local e, a partir disto, desenvolvam metodologias e instrumentos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida, articulação social e para construção da consciência crítica.

Ações	Agentes Responsáveis	Prazo de início
Realizar mapeamento de associações, cooperativas, ONGs, fóruns e conselhos e suas experiências acumuladas em organização comunitária.	CT-EA, FF, IDESC, IES	Curto - até 2 anos.
Atualizar os diagnósticos socioambientais e socioeconômicos a fim de priorizar ações nestas áreas.	ONGs, FF, CBH-RB, ANA, SABESP, PREFEITURAS, IDESC	Médio - 3 a 5 anos.

Atualizar o mapeamento de ações em Educação Ambiental.	ONGs, FF, CBH-RB, ANA, SABESP, PREFEITURAS, CETESB, IDESC	Curto - até 2 anos.
Realizar pesquisas e socializar práticas e tecnologias alternativas para saneamento rural e zonas urbanas com deficiência em saneamento.	FF, CBH-RB, ANA, SABESP, PREFEITURAS CETESB, SMA, CATI, IES, DAEE, FUNASA	Médio - 3 a 5 anos.
Realizar mapeamentos de fontes de recursos financeiros para Educação Ambiental.	ONGs, IES, PREFEITURAS, CBH-RB	Médio - 3 a 5 anos.
Criar um banco de informações sobre as pesquisas voltadas a conservação dos recursos naturais e Educação Ambiental.	IES, ONGs, INSTITUTOS DE PESQUISAS	Curto - até 2 anos.
Incentivar a produção de pesquisas voltadas a EA Ambiental	CBH-RB, ONGs, IES	Médio - 3 a 5 anos.

EIXO ORIENTADOR 4 - Sensibilização e Mobilização Social: Este eixo tem como objetivo orientar ações que despertem em cada indivíduo o sentido do compromisso social para afirmação do direito coletivo a um meio ambiente saudável, equilibrado e socialmente justo. Visa também garantir aos diversos segmentos sociais a equidade no acesso a informações e tecnologias socioambientais, assim como, promover a participação efetiva nas decisões coletivas que impliquem direta ou indiretamente na qualidade de vida.

Ações	Agentes Responsáveis	Prazo de início
Criar e fortalecer os espaços coletivos de articulação em educação ambiental, tais como redes, fóruns, grupos temáticos, coletivos educador e jovem, pontos de cultura, salas verdes e escolas.	TODAS AS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS COM EA NA REGIÃO	Médio - 3 a 5 anos.
Incentivar e fomentar a criação de núcleos e centros de referência em Educação Ambiental.	PREFEITURAS, ONGs, CBH-RB	Longo - acima de 5 anos.
Promover debates sobre mecanismos de pagamento por serviços ambientais, práticas ambientais sustentáveis e legislação Ambiental.	ONGS, SMA, IES, COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES, MMA, CBH-RB, CBRN	Médio - 3 a 5 anos.
Fomentar projetos de sensibilização constante da população para a separação, coleta e destinação adequada dos Resíduos.	PREFEITURAS, EMPRESAS PRIVADAS, IES, SMA, MMA, SEE, SABESP, IGREJAS	Curto - até 2 anos.
Implantar projetos de Educação para Riscos Ambientais.	CETESB, DEFESA CIVIL, CBH-RB, DAEE, DREs, ONGs, CETESB	Curto - até 2 anos.
Incentivar o debate sobre a criação de leis municipais de Educação Ambiental.	CBH-RB, CÂMARAS MUNICIPAIS, SMA, ONGS	Médio - 3 a 5 anos.
Incluir a Educação Ambiental como componente em projetos de obras e infraestrutura financiados com recursos do FEHIDRO.	CBH-RB, CT-EA, SABESP, PREFEITURAS	Curto - até 2 anos.
Realizar eventos e campanhas de mobilização e	ONGs, REDE DE ENSINO, PREFEITURAS	Curto - até 2

sensibilização social em Educação Ambiental.		anos.
Fomentar calendários de eventos socioambientais de âmbito local e articular calendários em âmbito regional.	CBH-RB, CONSAD, CODIVAR, REDE DE ENSINO, PREFEITURAS	Curto - até 2 anos.
Buscar parcerias e Incentivar a visitação as Unidades de Conservação locais.	SMA, FF, REDE DE ENSINO, PREFEITURAS	Curto - até 2 anos.
Fomentar programas permanentes de Educação Ambiental nas Prefeituras e seus departamentos.	PREFEITURAS, ONGs	Curto - até 2 anos.
Fomentar e fortalecer a participação da sociedade em fóruns e conselhos.	PREFEITURAS, ONGs	Curto - até 2 anos.
Apoiar a formação e a organização de catadores de materiais recicláveis para implantação da coleta seletiva.	PREFEITURAS, ONGS, COOPERATIVAS, ICA-SAA	Curto - até 2 anos.
Fomentar a criação e fortalecer os Conselhos Municipais e Núcleos de Defesa Civil.	FF, ICM-BIO, SME, SMMA	Curto - até 2 anos.

EIXO ORIENTADOR 5 - Acompanhamento e Avaliação Continuada: Este eixo prevê o monitoramento e a avaliação permanente da implementação das ações propostas pelo Plano Diretor de Educação Ambiental da Bacia do Ribeira de Iguape e Litoral Sul.

Ações	Agentes Responsáveis	Prazo de início
Buscar instrumentos para avaliação de ações em projetos em Educação Ambiental.	IES, CBHs, ONGs, CEA, CENP	Longo – acima de 5 anos.
Acompanhar e avaliar continuadamente a execução do Plano Diretor de Educação Ambiental.	CBH-RB/CT-EA.	Curto - até 2 anos.

#### 8- GLOSSÁRIO:

**Agenda 21 global**: Documento aprovado em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - RIO 92, no Rio de Janeiro, contendo compromissos para a mudança do atual modelo de desenvolvimento, processo de planejamento estratégico e participativo que analisa a situação atual de um país, Estado, município e região, e elabora propostas voltadas para o futuro, de forma sustentável.

Agenda 21 local: Processo participativo de construção de um programa de ação estratégica voltado às questões prioritárias para o desenvolvimento sustentável. Como tal, deve aglutinar os vários grupos sociais na promoção de uma serie de atividades no nível local, que impliquem mudanças no atual padrão de desenvolvimento, interando as dimensões socioeconômicas, político institucionais, culturais e ambientais da sustentabilidade; pode ser entendida em diversos níveis, como por exemplo, no Estado, num município, num bairro, numa escola ou numa empresa.

Agroecologia: Considera-se Agroecologia como Ciência ou campo de conhecimentos de natureza multidisciplinar, cujos ensinamentos pretendem contribuir na construção de estilos de agricultura de base ecológica e na elaboração de estratégias de desenvolvimento rural, tendo-se como referência os ideais da sustentabilidade numa perspectiva multidimensional.

**Agente Editor:** o termo é atualmente usado em detrimento ao agente multiplicador. Um agente editor não apenas repassa a informação tal qual foi aprendida, ele edita o conhecimento de acordo com a realidade em que está inserido.

**Assoreamento:** acúmulo de terra, lama ou areia, transportada pela água, que se deposita no fundo dos rios, dificultando seu fluxo. Em períodos de chuva pode provocar o transbordamento e o alagamento das áreas vizinhas.

**Bacias Hidrográficas:** conjunto de terras drenadas por um rio principal, seus afluentes e subafluentes. A ideia de bacia hidrográfica está associada à noção da existência de nascentes, divisores de águas e características dos cursos de água, principais e secundários, denominados afluentes e subafluentes. Uma bacia hidrográfica evidencia a hierarquização dos rios, ou seja, a organização natural por ordem de menor volume para os mais caudalosos, que vai das partes mais altas para as mais baixas.

Comitê de Bacia Hidrográfica: são colegiados instituídos por Lei, no âmbito do Sistema Nacional de Recursos Hídricos e dos Sistemas Estaduais. Considerados a base da gestão participativa e integrada da água, têm papel deliberativo e são compostos por representantes do Poder Público, da sociedade civil e de usuários de água e podem ser oficialmente instalados em águas de domínio da União e dos Estados. Existem comitês federais e comitês de bacias de rios estaduais, definidos por sistemas e leis específicas

Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH: O Conselho Nacional de Recursos Hídricos desenvolve atividades desde junho de 1998, ocupando a instância mais alta na hierarquia do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, instituído pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. É um colegiado que desenvolve regras de mediação entre os diversos usuários da água sendo, assim, um dos grandes responsáveis pela implementação da gestão dos recursos hídricos no País. Por articular a integração das políticas públicas no Brasil é reconhecido pela sociedade como orientador para um diálogo transparente no processo de decisões no campo da legislação de recursos hídricos. Possui como competências, dentre outras: Analisar propostas de alteração da legislação pertinente a recursos hídricos; Estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos; Promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regionais, estaduais e dos setores usuários; Arbitrar conflitos sobre recursos hídricos; Deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados em que serão implantados; Aprovar propostas de instituição de comitês de bacia hidrográfica; Estabelecer critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos e para a cobrança por seu uso; e Aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos e acompanhar sua execução.

**Ecossistema:** conjunto de fatores físicos (relevo, hidrografia, vegetação), bióticos (seres vivos) e de relação entre eles, característico de um determinado lugar, dando a possibilidade aos seres que ali habitam, de produzir tudo de que necessitam para viver.

**Instituições de ensino:** A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, define a seguinte classificação:

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas:

- I públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público:
- II privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.
- Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias:
- I particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;
- II comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;
- III confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;
- IV filantrópicas, na forma da lei.

Instituições de ensino superior – IES: São as instituições de educação superior, (Universidades, Centros Universitários, Faculdades, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia), mantidas pelo Poder público, (municipal, estadual ou federal), pela comunidade ou pela iniciativa privada.

Lei nº 9.433, de 8 de Janeiro de 1997:Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

**Lei nº 9.984, de 17 de Julho de 2000**: Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA.

**Mata Atlântica:** floresta tropical do litoral brasileiro, de clima tropical úmido que embora muito devastada ainda é um bioma, com uma grande variedade de ecossistemas, de espécies de plantas, animais e outros seres vivos.

**Mata Ciliar:** vegetação que se desenvolve à beira de rios, córregos ou espelhos d'água, protegendo-os contra o assoreamento, a poluição, fornecendo alimentos aos seres aquáticos, evitando a evaporação excessiva das águas. Também é conhecida como mata de galeria.

**Meio Ambiente:** conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica que permite, abriga e rege a vida em todas suas formas (Art. 3º da lei 6938/81).

#### SIGLAS:

ANA: Agencia Nacional das Águas

CPRM: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

CPLA: Coordenadoria de Planejamento Ambiental

CATI: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CBRN-SMA: Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais - Secretaria do Meio

**Ambiente** 

CEA-SMA: Coordenadoria de Educação Ambiental - Secretaria do Meio Ambiente

CBH-RB: Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul

CRHI: Coordenadoria dos Recursos Hídricos

CETESB: Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental

CT-EA: Câmara Técnica de Educação Ambiental

DAEE: Departamento de Águas e Energia Elétrica

DRE: Diretoria Regional de Ensino

FF: Fundação Florestal

**FUNASA:** Fundação Nacional de Saúde. Atualmente as questões de saúde indígena estão atribuídas a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

ICMBIO: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

**IES:** Instituições de Ensino Superior

ICA: Instituto de Cooperativismo e Associativismo

**IGEO:** Instituto Geológico

ITESP: Instituto de Terras do Estado de São Paulo

**IF:** Instituto Florestal

MMA: Ministério do Meio Ambiente

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS: Ministério do Desenvolvimento Social

OAB: Ordem dos Advogados do Brasil

SAA: Secretaria de Agricultura e Abastecimento

**SMA: Secretaria do Meio Ambiente** 

SME: Secretaria Municipal de Educação

**SABESP:** Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

**SEE-CENP:** Secretaria de Estado da Educação - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas.

### 9- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOFF, L. Ecologia, mundialização, espiritualidade: a emergência de um novo paradigma. São Paulo: Editora Ática, 1993. 180p.

BRASIL. LEI 9.765 - Política Nacional de Educação Ambiental, 27 de abril de 1999.

CARTA DE BELGRADO

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL - CBH-RB Relatório de Situação dos recursos hídricos da UGRHI 11, 2009 e 2011.

DIEGUES, A.C. "Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas" In: São Paulo em perspectiva, jan – jun. 1992., 6 (1-2): 22-29p.

**Educação ambiental** (gestão 95/98). Secretaria do Meio Ambiente - SMA/ CEAM, 1998. 74p. São Paulo-SP.

Educação ambiental em Unidades de Conservação e de Produção - série guias – São Paulo 1991. Secretaria do Meio Ambiente e CEAM.

ESPINOSA, B. de Pensamentos metafísicos; tratado da correção do intelecto; ética; tratado político; correspondência. 2 ed., São Paulo : Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, 1979., 393p.

Ferramentas de diálogo: Qualificando o uso das técnicas de DRP Diagnóstico Rural Participativo. MMA. IEB. 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 15 ed., São Paulo: Paz e Terra, 2000., 165p.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. 2008. **Agenda Socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. Instituto Socioambiental. São Paulo.

ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomas da Sila"). 2003. Relatório técnico Científico sobre a comunidade do Quilombo de Pedro Cubas de cimas, localizada no município de Eldorado no vale do Ribeira. Secretaria da Justiça e da defesa do Estado de São Paulo. Eldorado, SP.

Mata Atlântica e Imprensa. Relato do Laboratório ambiental para imprensa realizado no Vale do Ribeira-SP. - Fundação Korad Adenauer. Fundação SOS Mata Atlântica. São Paulo, 1994.

MEIRA, P.A.C. Educación Ambiental: fontes e recursos documentais. La Coruña: Centro de Documentación Domingo Quiroga, Casa da Juventude – Concello de Oleiros, 1998., 128p.

MORIN, E. A cabeça bem-feita. 6 ed., São Paulo : Bertrand Brasil, 2002., 128p.

**PACI-VR – São Paulo**. Secretaria de Economia e Planejamento, Coordenadoria de Ação Regional – São Paulo: SEP/CAR, 1990.

PADUA, S. M. Conceitos Para se Fazer Educação Ambiental. In: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Brasília, 1997.

Programa de Educação Ambiental, Secretaria do Meio Ambiente - SMA/ CEAM, 1998, 37p. São Paulo-SP.

Projeto Plano Diretor de Educação Ambiental para o Comitê de Bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e Litoral Sul. IDESC- Instituto para o Desenvolvimento e Cidadania do Vale do Ribeira. 2008.

Recuperação e Conservação Ambiental através do Desenvolvimento Agroflorestal em Comunidades e Assentamentos no Vale do Ribeira e Pontal do Paranapanema. Cartilha do PDA-MMA.

Recuperando as Matas Ciliares do Vale do Ribeira - Campanha Cílios do Ribeira. Instituto Socioambiental e Instituto Ambiental Vidágua. Eldorado-SP. 2009.

Regulamentação da APA Cananéia-Iguape-Peruíbe: plano de Gestão – unidade de gestão, ZEE preliminar - Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. - São Paulo: SMA: IBAMA, 1996.

RESENDE, U. R. 2002. As regras do jogo: Legislação florestal e desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira. Annablume Editora

São Paulo. Lei nº 12.780 **Política Estadual de Educação Ambiental**, 30 de Novembro de 2007

SATO, M. Educação Ambiental. São Carlos: RiMa, 2002., 66p.

Sociedade e Ecoturismo – Na trilha do desenvolvimento – Vitae Civilis e WWF- 2003

SORRENTINO, M. "Crise Ambiental e Educação" In: Pensando e Praticando a Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente ed.Brasília: IBAMA, 2000., 93-104p.

SORRENTINO, M. et al. **Ambientalismo e Participação na Contemporaneidade**. 1 ed., São Paulo : EDUC/FAPESP, 2001., 229.p

TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS. Rio de Janeiro: Fórum Global de ONGs, 1992.

VII Diálogo Interbacias em Educação Ambiental: Aguas compartilhadas Oportunidades Compartilhadas. 5° edição. Setembro de 2009.

#### Consultas a sítios:

www.isa.org.br
www.idesc.org.br
www.mec.gov.br
www.comitepcj.sp.br
www.ambiente.sp.gov.br
www.criancaecologica.sp.gov.br
www.sigrh.sp.gov.br
www.vitaecivilis.org.br
www.ambiente.sp.gov.br
www.cati.sp.gov.br

#### **10- ANEXOS**

#### Anexo – Linha do Tempo da Educação Ambiental no Vale do Ribeira

O levantamento de Informações sobre a EA na região foi realizado com o objetivo de conhecer o histórico e a atual situação da Educação Ambiental na Bacia do Rio Ribeira de Iguape e Litoral Sul. Foram utilizadas diversas metodologias para a coleta de informações como: Revisão bibliográfica, consultas a materiais já publicados como: livros, cartilha, relatórios, folhetos e etc; consultas a sites; Conversas informais com pessoas engajadas e reconhecidas em EA dentro e fora da Bacia; Entrevistas semi-estruturadas com pessoas que atuam com EA, Questionários estruturados com Instituições que atuam com EA na bacia; e a realização de uma dinâmica de construção da linha do tempo em EA realizada durante a primeira oficina do projeto.

## A EA NA DÉCADA DE 50 A 80

No início deste período, houve a criação das primeiras Unidades de Conservação do Vale do Ribeira, o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, em 1958, e a criação do Parque Estadual da Ilha do Cardoso em 1972. Na década de 70 foram observadas ações bem pontuais como aquelas realizadas em Escolas Estaduais e a ação dos agentes comunitários de saúde que conscientizavam as populações rurais sobre saneamento básico e qualidade de vida.

Na década de 80 foram realizadas ações com caráter regional através de iniciativas do governo do Estado de São Paulo e o surgimento de organizações não governamentais na região. No início da década houve a implantação das Escolas Rurais Comunitárias, com incentivo da Secretaria Estadual de Educação. As ações comunitárias realizadas tiveram impacto do ponto de vista da melhoria da qualidade de vida dos alunos, da família e do meio ambiente. Também nesta década teve início a atuação da sociedade civil na luta ambientalista como a atuação da SALVAR- (Sociedade Ambientalista do Vale do Ribeira e Litoral), contra os impactos ambientais da BR 101 e a instalação da Usina Nuclear na Juréia. Desta época também se destaca o início da atuação do MOAB - Movimento dos Ameaçados por Barragens - na Região contra a instalação da usina hidrelétrica de Tijuco Alto. A entidade, a partir daí, realizou uma série de seminários, encontros, passeatas e protestos contra a hidrelétrica, a favor da conservação do Rio Ribeira e da qualidade de vida das comunidades ribeirinhas, quilombolas e caiçaras.

Ainda neste período foram criadas muitas Unidades de Conservação na região como o Parque Estadual da Serra do Mar (1982), o Parque Estadual de Carlos Botelho (1982),

Área de Proteção Ambiental Cananéia-Iguape-Peruíbe (1984), Área de Proteção Ambiental da Ilha Comprida (1988) e as Estações Ecológicas Juréia Itatins (1986), E.E Tupiniquins (1986) e E.E Chauás (1987).

Ao final da década de 80 foram iniciados programas importantes para o contexto educacional e ambiental da região. O Programa de Educação Ambiental do Vale do Ribeira que teve origem a partir de um Diagnóstico Ambiental e Demandas de Educação para o Vale do Ribeira, com apoio do governo do Estado, resultou na publicação de um material pedagógico que aborda diversos temas ambientais regionais, que foi distribuído a todas as escolas da região e até hoje é utilizado em algumas escolas.

Outro programa de relevância considerável foi o PACI-VR — Programa de Ação Comunitária Integrada do Vale do Ribeira - executado pelo governo federal e estadual, que se voltou para o fortalecimento da agricultura familiar e o protagonismo dos agentes locais. O projeto também apresentou uma linha específica de treinamento em Educação Ambiental, visando formar os professores da rede de ensino do Vale para exercerem a atividade educacional, principalmente nas Unidades Escolares de Ação Comunitária focando a questão ambiental como elemento importante na qualidade de vida.

Data também no final dos anos 80 a realização do I Fórum de Educação Ambiental do Vale do Ribeira, que teve o objetivo de promover a articulação regional para se trabalhar o desenvolvimento sustentável, questionar a economia regional no contexto da globalização, identificar trabalhos e consolidar parcerias na área de educação ambiental para a melhoria de qualidade de vida.

Outro fato importante foi a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica CBH-RB um órgão colegiado, de caráter consultivo e deliberativo do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGRH, com atuação na Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul.

#### A EA nos anos de 90 a 2000

Na década de 90 as ações de educação ambiental tornaram-se mais evidentes. Neste período triplicaram o número de iniciativas ambientais por parte de instituições governamentais e sociedade civil. Foram criadas outras duas Unidades de Conservação Estaduais na região, o Parque Estadual de Intervales (1995) e o Parque Estadual da Campina do Encantado. As ações de educação ambiental começaram a se desenvolver nos parques por iniciativa do próprio governo do Estado. Foi quando houve a publicação "Educação Ambiental em Unidades de Conservação" e a produção da "Série Guias, Secretaria do Meio Ambiente e CEAM". No início da década foi realizado o Diagnóstico Ambiental Participativo da Área de Proteção Ambiental de Cananéia- Iguape- Peruíbe, que resultou na publicação chamada "Em busca da sustentabilidade da região do Vale do

Ribeira de Iguape", tendo como objetivo levantar participativamente as problemáticas ambientais e as principais demandas da região.

Nos anos 90 as ações do governo do Estado tiveram repercussão no âmbito regional com a criação da Coordenadoria de Educação Ambiental (CEAM) da SMA, a consolidação do Programa de Educação Ambiental (PREAM) e a implantação dos Núcleos de Educação Ambiental (NEAs) que, no Vale do Ribeira, foram instalados nas cidades de São Lourenço da Serra, Iporanga, Ilha do Cardoso, Iguape, Pariquera-Açu e Ilha Comprida.

Nesta década agricultores e organizações não governamentais intensificaram trabalhos com agroecologia e agrofloresta na região, principalmente nos municípios de Barra do Turvo e Sete Barras, com apoio de ONGs como PROTER (Programa da Terra), Cooperafloresta e Associação Água (Guapiruvu).

Houve também uma série de cursos básicos de monitores ambientais no Vale do Ribeira e Paranapanema em estimulo ao ecoturismo na região. A partir daí os monitores começaram a se organizar em associações e redes, com destaque para a criação da Rede de Monitores Ambientais (REMA-Vale). Houve também várias iniciativas de campanhas de conscientização ambiental por parte do governo do Estado como a Operação Praia Limpa e também algumas iniciativas da sociedade civil como a Taça Xiririca de Canoagem em Eldorado.

Na década de 2000 houve uma série de iniciativas, projetos e ações de Educação Ambiental. É possível afirmar que este período reúne o maior número de ações nesta área. Foram iniciados os financiamentos de projetos em EA pelo FEHIDRO, como o Projeto "Observando o Ribeira" com escolas da região, a capacitação em EA de 183 professores, pela Gaia Ambiental, e a Campanha Cílios do Ribeira que, entre outras atividades, promove a Educação Ambiental. Alguns projetos também surgiram com apoio de Universidades como UNESP, UNICAMP e ESALQ (Escola Caiçara, Pedagogia Cidadã) e outros órgãos estaduais como o ITESP (Instituto de Terras de São Paulo). As Diretorias Regionais de Ensino, com apoio da Secretaria Estadual de Educação, iniciaram o programa "Água hoje e sempre: consumo sustentável". Algumas escolas estaduais iniciaram projetos próprios como o Projeto Reciclando Matéria (Diretoria Regional de Ensino de Miracatu na EE "Otaviano Soares Albuquerque").

Alguns projetos de EA surgiram dentro dos Parques com apoio da Fundação Florestal e Instituto Florestal, como "Cananéia tem Parque" no PEIC - Parque Estadual da Ilha do Cardoso, "Escola no Parque" PECE-AVV (Parque Estadual Campina do Encantado e Associação Vidas Verdes), "Criança Ecológica", e "Programa de Conservação do Papagaio da Cara Roxa".

Destacam-se também projetos em educação ambiental de algumas Empresas Privadas na região como Elektro, Nestlé, e Associações dos Mineradores de Areia (Amavales). Surgiram grupos especializados em Educação Ambiental que procuram discutir aprofundar e disseminar conceitos, ideias sobre a EA continuada na região, como a criação dos Coletivos Jovens e Educadores e as Salas Verdes, voltadas a promoção da EA formal e não formal.

Nesta década também ocorreram muitos projetos que promoveram o debate sobre o desenvolvimento sustentável por parte da sociedade civil, como a Agenda 21 regional "Projeto Vale do Ribeira Sustentável", executado pelo IDESC com financiamento do FNMA/MMA, onde foram propostas demandas em EA para a região e apoiados outros pequenos projetos socioambientais como o "Manejo Sustentável do Palmito Juçara em comunidades rurais", "Reflorestamento de áreas degradadas", "Produção de mudas nativas", "Programa Pesca Consciente", e "Fortalecimento da agricultura familiar agroecológica".

Também são desse período os "Projeto Jovens Econscientes" (Parque Estadual Campina do Encantado - Elektro), e a criação dos Coletivos Jovens e Educadores e da Sala Verde do Lagamar, em Cananéia. Houve também algumas publicações importantes para o processo de fortalecimento da EA regional como "Gestão de Unidades de Conservação e Educação Ambiental" da SMA, com apoio da Fundação Florestal e Instituto Florestal.

A adesão de alguns municípios ao Programa Verde Azul do governo do Estado incentivou algumas ações em EA, como a criação de Leis Municipais de educação ambiental nos Municípios de Eldorado e Cajati - promoção de políticas públicas municipais de EA que levam os próprios municípios a encontrar meios de promover a capacitação em EA como ocorreu no município de Eldorado.

#### Considerações sobre o histórico da educação ambiental no Vale do Ribeira:

De acordo com a análise dos dados obtidos é possível notar que a grande maioria dos projetos e ações foi realizada em curto período de tempo. As Instituições, Entidades e Escolas que realizaram projetos em EA possuem poucos dados ou relatórios que mostrem os resultados obtidos, o que dificultou a avaliação das ações de EA, como quantidade de pessoas beneficiadas, resultados gerados, recursos financeiros utilizados e etc.

Conforme já relatado, desde a década de 50 foram criadas muitas Unidades de Conservação na região. Estas Unidades constituem espaços muito interessantes e adequados à realização de ações de educação ambiental, sendo que alguns desses Parques possuem núcleos especializados e realizam ações educacionais. Desde a década

de 80 foram realizados alguns cursos de capacitação de monitores ambientais que enriqueceram os trabalhos de EA realizados dentro das Unidades de conservação.

Na linha do tempo observa-se a realização de alguns diagnósticos, estudos e relatórios ambientais que podem nos ajudar a levantar e analisar as demandas de conservação ambiental através do histórico de uso e ocupação do solo na região do Vale do Ribeira.

Outra característica observada no levantamento foi a falta de continuidade nas ações e projetos de EA na região. As ações que duram mais tempo – mais que quatro anos - são aquelas em que houve apoio de instituições governamentais como Instituto Florestal, Fundação Florestal ou Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria de estado da Educação. Poucos são os projetos e ações em EA realizados até hoje que conseguiram articular parcerias ou apoio com outras instituições a fim de promover a sustentabilidade.

A seguir temos a uma breve descrição dos principais projetos e ações que foram levantadas através da pesquisa realizada:

- CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL TURÍSTICO DO ALTO RIBEIRA (1958) : dec. 32.283, de 19/05/58, Lei 5.973, de 28/11/60. Municípios envolvidos: Iporanga e Apiaí, Área 35.884,28 ha.
- CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO CARDOSO (1962): Dec. 40.319, de 03/07/62. Município de Cananéia, Área 22.500,00 ha.
- •PROGRAMA POSTOS DE SAÚDE RURAIS: Aconteceram muitos trabalhos de saúde pública na área rural da região com a atuação dos agentes comunitários de saúde, juntamente com Eduardo Galeto (Agrônomo) e Maria Cecília Cordeiro de La Torre (Médica).
- EDUCAÇÃO AMBIENTAL ATRAVÉS DO ENSINO DE CIÊNCIAS: Início da Feira de Ciência em Escolas da Rede Estadual de Ensino do município de Juquiá. A professora Luiza Alonso iniciou alguns trabalhos de educação ambiental no final da década de 70 ao inserir a questão ambiental nas disciplinas de Ciências e organizou as primeiras feiras de ciências nas escolas da região.
- IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS RURAIS COMUNITÁRIAS: A equipe do projeto da Escola Rural Comunitária, juntamente com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, participou de um curso de extensão rural na ESALQ/USP em Piracicaba para dar início à criação das escolas comunitárias nas áreas rurais de 11 municípios do Vale do Ribeira. Neste programa, os professores tinham 8 horas de trabalho, sendo 4 horas de ensino e 4 horas de ação comunitária. As ações comunitárias promoveram a construção de hortas, criação de galinhas e outras atividades nos bairros rurais que foram importantes da formação ambiental de professores e alunos. No amadurecimento do ensino nas escolas

rurais surgiu a necessidade de focar o ensino de ciências na temática da ecologia e das florestas da região do Vale do Ribeira.

- ATUAÇÃO DA SALVAR (1985): Atualmente a Sociedade Ambientalista do Litoral Sul e Vale do Ribeira encontra-se ativa apenas legalmente, porém desempenhou um papel importante na luta ambiental da região, dos quais podemos destacar: Realização de ciclo de palestras relacionadas a temática ambiental; Movimento contra os impactos ambientais da BR-101 e contra a instalação de Usina Nuclear na Juréia; Feira do Verde (APAE).
- CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR (1982): Dec. 19.448, de 30/08/82. Bertioga, Biritiba Mirim, Caraguatatuba, Cubatão, Cunha, Itanhaém, Itariri, Juquitiba, Mogi das Cruzes, Mongaguá, Natividade da Serra, Paraibuna, Pedro de Toledo, Peruíbe, Praia Grande, Salesópolis, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Luís do Paraitinga, São Paulo, São Sebastião, São Vicente, Ubatuba. Área 315.390,69ha.
- CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DE CARLOS BOTELHO (1982): Dec. 19.499 de 10/09/82. Municípios envolvidos: Capão Bonito, São Miguel Arcanjo, Sete Barras, Tapiraí. Área 37.644,36.
- CRIAÇÃO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DA JURÉIA-ITATINS (1986): A criação da EE. Juréia-Itatins foi uma alternativa encontrada por ambientalistas, técnicos e demais interessados nas questões ambientais em protesto à especulação imobiliária e implantação de uma Usina Nuclear no local. A unidade foi criada em 1987, porém, desde então vem gerando conflitos, visto que foi baseada em modelos norte-americanos que preconizavam a ausência da ocupação humana.
- CRIAÇÃO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA CHAUÁS (1987): Decreto Estadual nº 26.719 de 6/2/87. Iguape. 2.699,00ha.
- CRIAÇÃO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA TUPINIQUINS (1986): Decreto federal nº 92.964 de 21 de julho de 1986. Peruíbe e Cananéia. 22,50ha.
- CRIAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CANANÉIA-IGUAPE-PERUÍBE (1985): dec. federal 90.347, de 23/10/84 e dec. 91.892, de 6/11/85. Municípios envolvidos: Cananéia, Iguape, Ilha Comprida, Itariri, Miracatu, Pedro de Toledo e Peruíbe. Área 217.060,00ha
- CRIAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA ILHA COMPRIDA (1989): Dec. Est. 30.817, de 30/11/89. Ilha Comprida. Área 18.923,00ha.
- INÍCIO DA ATUAÇÃO DO MOAB (MOVIMENTO DOS AMEAÇADOS POR BARRAGENS) (1989):

Em 1988, a CBA – Companhia Brasileira de Alumínio, consegue a outorga para aproveitamento de um trecho do Rio Ribeira de Iguape, onde pretende instalar a UEH (Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto) e dá início ao processo de licenciamento ambiental –

EIA/RIMA. Em dezembro de 1989, o DNAEE concede à CBA autorização para exploração dos recursos energéticos do Ribeira de Iguape: a Hidrelétrica de Tijuco Alto.

- O MOAB iniciou suas atividades no ano de 1989 e sempre esteve na luta pelas populações atingidas, direta ou indiretamente, por projetos de barragens e na luta pelo reconhecimento das terras das comunidades quilombolas. No tocante ao Vale do Ribeira o movimento vem desde o ano de 1991 realizando ações contra os projetos de usinas hidrelétricas, principalmente o Projeto UHE Tijuco Alto. Podemos destacar algumas das principais atividades em prol do Vale:
- Seminário "As Barragens no Vale do Ribeira" 1991 em Iporanga;
- "IV Encontro de entidades ambientalistas dos Estados de Paraná e São Paulo" Setembro de 1991 em Foz do Iguaçu onde foi aprovado o documento Terra Sim! Barragem Não!
- "Mutirão de Conscientização, Pela VIDA, Pelo EMPREGO, CONTRA os Projetos de BARRAGENS, Contra a FOME E MISÉRIA" - 1993 em vários municípios;
- Protesto em São Paulo diante da sede do IBAMA (14 de Março Dia internacional de luta contra barragens) – 2001;
- Protesto e passeata no "SEMINÁRIO CIDADE SUSTENTÁVEL" 2006 em Eldorado; e
- Movimento de Protesto popular na BR-116 2007 em vários municípios.
  - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO VALE DO RIBEIRA (1988): Iniciativa da professora Luiza Alonso e outros atores, com participação da SMA, produzido pelo Projeto Diagnóstico Ambiental e Demandas de Educação para o Vale do Ribeira. No final da década de 80 deu início ao Programa de Educação Ambiental do Vale do Ribeira, juntamente com Cleide de Oliveira, do DPRN. Juntas realizaram um diagnóstico ambiental do que estava acontecendo na Região, então sistematizaram os dados e devolveram os resultados Município a Município dando foco aos problemas ambientais a serem enfrentados na região. Com os resultados deste trabalho elaboraram cadernos de propostas teóricas e metodológicas abordando diversas temáticas regionais, como o histórico de ocupação e povoamento, conceitos ecológicos, funcionamento dos ecossistemas, poluição, experiência de educação ambiental nas escolas, questão fundiária e unidades de conservação. Este caderno foi distribuído para todas as escolas da Região para utilizarem como material pedagógico e até hoje algumas escolas ainda utilizam o material. Diversas pessoas participaram da elaboração do caderno. Em 1992 houve a publicação do material pedagógico do Programa de Educação Ambiental que aborda diversos temas ambientais da região.
  - PROGRAMA DE AÇÃO COMUNITÁRIA INTEGRADA (PACI-VR) (1989): O Programa de Ação Comunitária Integrada do Vale do Ribeira entrou em execução no início de 1989 pautando-se num planejamento intersetorial e participativo entre as instâncias de governo

estadual e federal. Voltou-se para o empoderamento dos setores excluídos tendo como ponto central o fortalecimento da agricultura familiar e o protagonismo dos agentes locais no processo de organização associativa. Foi executado com recursos do governo federal, através da LBA (Legião Brasileira de Assistência). Participaram direta e indiretamente da formulação do programa diversas Secretarias do Estado, algumas associações de moradores e trabalhadores rurais e outras entidades como Colônia de Pescadores e Grupo de artesãos da região. O programa subsidiou alguns projetos como o "Projeto de Incentivo" à Produção de Maracujá e Olerícolas", onde o DPRN ficou com a demanda específica para prover cursos de Educação Ambiental. O projeto também apresentou uma linha específica de treinamento em Educação Ambiental, visando capacitar os professores da rede de ensino do Vale a exercerem a atividade educacional, principalmente nas UEACs -Unidades Escolares de Ação Comunitária – enfocando a questão ambiental como elemento importante e preponderante na realidade da população local, usando para tanto os dez cadernos de Educação Ambiental produzidos em fases anteriores do Programa de Educação do Vale do Ribeira. A meta desta linha de treinamento era a realização de dez cursos para o manuseio dos respectivos cadernos, envolvendo 173 unidades da rede de ensino do Vale.

- PUBLICAÇÃO "EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E DE PRODUÇÃO "SÉRIE GUIAS SÃO PAULO SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E CEAM" (1991): A publicação traz uma síntese das atividades de educação ambiental realizadas em cada uma das Unidades de Conservação.
- EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA) NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA JURÉIA-ITATINS: existem três tipos de atividades de Educação Ambiental na Estação Ecológica: Trilhas interpretativas, a implantação de plano agroecológico, a visitação pública. O objetivo do trabalho nas duas trilhas é levar o visitante a fazer uso dos seus sentidos para entrar em contato com a natureza e, assim, conhecer as áreas da estação: Trilha do Imperador e Trilha Guarauzinho-Arpoador.
- EA NO PARQUE ESTADUAL INTERVALES: vem sendo utilizado em programas de educação ambiental e ecoturismo desde 1988. Os objetivos, ao promover e incentivar estas atividades, são: abordar a questão ambiental abrangendo aspectos sociais, ecológicos e políticos; reconhecer diferentes ambientes da região, seus principais elementos constituintes, e a importância de sua manutenção; identificar e discutir algumas causas e consequências da ação humana sobre o ambiente e estimular hábitos e atitudes que levem à conservação do meio. A programação, que prioriza o contato com o ambiente natural, inclui projeção de audiovisuais e caminhadas por dez trilhas interpretativas.

- EA NO PARQUE ESTADUAL CARLOS BOTELHO: para despertar o interesse da população pela área do Parque Estadual, além de difundir conceitos ecológicos básicos através do contato direto com a natureza, são realizadas diversas atividades em educação ambiental. No centro de interpretação, equipado para projeção de audiovisuais e slides, os visitantes recebem informações sobre fauna e flora e sobre a importância se proteger o Parque. Outra atividade desenvolvida é o monitoramento de três trilhas interpretativas.
- EA NO PARQUE ESTADUAL ILHA DO CARDOSO: a CEAM (Coordenadoria de Educação Ambiental), através de convênio com a CENP (Centro de Estudos e normas Pedagógicas) promove o "Curso de integração: ambiente, preservação e educação", que se destina a assistentes pedagógicos, professores de 1º e 2º graus e especialistas em educação da rede oficial de ensino. A filosofia educacional que dá suporte a esse projeto baseia-se na valorização da observação e da sensibilização, através do contato direto com o ambiente, num processo de aprendizagem construído conjuntamente por monitores e alunos.
- EA NO PARQUE ESTADUAL TURÍSTICO DO ALTO RIBEIRA: as atividades de educação ambiental e ecoturismo são desenvolvidas em conjunto pelo Instituto Florestal e Instituto Geológico ambos pertencentes à Secretaria do Meio Ambiente. O trabalho implantado nos dois núcleos visa sensibilizar os visitantes para a necessidade de preservação e conservação do Parque e seu entorno. A programação consta de roteiros turísticos, percurso de trilhas e visitação às cavernas, que podem incluir o monitoramento de guias do parque.
- CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DE INTERVALES (1995): Dec. 40.135, de 08/06/95. Os municípios envolvidos foram de Guapiara, Eldorado Paulista, Iporanga, Ribeirão Grande, Sete Barras. Área total de 46.086ha.
- CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL CAMPINA DO ENCANTADO (1999): Lei 10316 de 26 de maio de 1999. Município envolvido de Pariquera-Açu com área total de 2.360 hectares.
- DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARTICIPATIVO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE CANANÉIA- IGUAPE PERUÍBE (1995): o que resultou na publicação de dois cadernos chamados "Em busca da sustentabilidade da região do Vale do Ribeira de Iguape" que teve como o objetivo levantar as problemáticas e as demandas ambientais. E a publicação do caderno "Buscando a sustentabilidade do Vale do Ribeira", material produzido pelo projeto Diagnóstico Ambiental da APA Cananéia, Iguape, Peruíbe (Regional)
- CRIAÇÃO DO PÓLO ECOTURÍSTICO LAGAMAR (1995): Buscando viabilizar o desenvolvimento do ecoturismo como mais uma alternativa econômica sustentável na

porção paulista do Estuário Lagunar Iguape-Paranaguá, compreendendo os municípios de Cananéia, Iguape, Ilha Comprida, Pariquera-Açu, a Fundação SOS Mata Atlântica, com o patrocínio da EMBRATUR, desenvolveu o Projeto Pólo Ecoturístico do Lagamar. Concebido pelos consultores João Allievi e Oliver Hillel, o projeto foi um exemplo pioneiro de planejamento ecoturístico e visava fomentar práticas sustentáveis da atividade, nos quatro municípios citados. No Lagamar, a opção pelo ecoturismo surgiu como uma resposta viável ao impasse entre a conservação ambiental e o desenvolvimento da região.

O Pólo Ecoturístico do Lagamar priorizou a geração de emprego e renda, buscando, desta forma, o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis, promovendo a capacitação profissional e imprimindo qualidade aos serviços prestados. Também buscou conscientizar os envolvidos, incluindo o poder público, para a importância da conservação dos locais visitados e valorização do patrimônio natural e histórico cultural da região.

Os critérios norteadores do projeto Pólo Ecoturístico do Lagamar podem ser assim entendidos: a adoção de estratégias para um planejamento sustentável, considerando os aspectos ambientais, sociais e econômicos o envolvimento dos atores locais, buscando gerar emprego e renda e melhoria da qualidade de vida, privilegiando sua capacitação profissional; - a utilização das infra-estruturas físicas já existentes, adaptando de maneira gradual os meios de hospedagem, meios de transporte, restaurantes, trilhas e demais serviços turísticos existentes nos municípios, às exigências do mercado consumidor; o incentivo às práticas associativistas, envolvendo o poder público (prefeituras, unidades de conservação), a iniciativa privada (hoteleiros, agenciadores, operadores de serviços) e as organizações civis (ONGs, sindicatos, clubes); o estímulo à gestão empresarial responsável, onde a informação ao consumidor, a segurança dos visitantes e a qualidade dos serviços turísticos fossem priorizadas; a percepção de que as práticas de atividades ecoturísticas podem contribuir para a educação ambiental do turista, do empresário, do administrador público e da comunidade local.

# • I FÓRUM DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO VALE DO RIBEIRA EM IPORANGA E REGISTRO (1996):

Realizado em parceria com o CPLA (Coordenadoria de Planejamento), o fórum teve o objetivo de promover a articulação regional para se trabalhar o desenvolvimento sustentável, questionar a economia regional no contexto da globalização, identificar trabalhos e consolidar parcerias na área de educação ambiental para a melhoria de qualidade de vida. Durante os três dias do evento aconteceram mesas-redondas, oficinas, minicursos e exposições, das quais participaram cerca de 5000 pessoas.

•FORMAÇÃO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL (1996): O Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul

é um órgão colegiado, de caráter consultivo e deliberativo do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGRH, com atuação na Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul, no Estado de São Paulo.

- CRIAÇÃO DA CEAM (COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE) (1996-1998): Uma das principais funções da CEAM era coordenar, garantir a integração das atividades de educação ambiental nas escolas da rede pública e entre diversos setores organizados da sociedade civil. Os projetos incluíram a implantação de programas de educação ambiental no ensino fundamental e médio, a capacitação dos educadores, através de cursos, seminários encontros e oficinas técnicas, a criação de condições para a produção de material didático e pedagógico e a implementação de medidas que propiciem o acesso às informações ambientais. Em 1995 foram realizadas quatro oficinas de capacitação nos municípios de Taboão da Serra, Limeira, Lorena e Itu, onde foram atendidos cerca de 150 educadores.
- CONSOLIDAÇÃO DO PREAM (PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL): O objetivo do programa foi discutir, gerar, sistematizar e difundir informações para subsidiar o desenvolvimento das atividades de educação ambiental. O programa Estadual estabelece que as ações sejam realizadas em quatro linhas temáticas: ensino e meio ambiente, cidadania, capacitação profissional, desenvolvimento sustentável e comunicação. Um amplo programa de capacitação foi realizado, sobretudo junto aos professores da rede pública por meio de oficinas de orientação técnica, seminários, workshops, exposições e etc. O grande desafio é aliar o conceito de desenvolvimento sustentável ao de educação ambiental.
- CRIAÇÃO DOS PROGRAMAS NÚCLEOS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (1998): Constituiu-se em uma estratégia para articular as ações regionais, funcionando como um instrumento de descentralização e participação democrática. Os núcleos atuavam de forma independente e integrava delegacias de ensino, prefeituras, órgãos federais e entidades ambientalistas. Foi criado um Conselho dos núcleos regionais composto por representantes dos diversos órgãos do governo, IBAMA, e organizações não governamentais com a finalidade de apoiar a criação e o desenvolvimento dos núcleos por meio de ações de caráter regional. A CEAM apoiou a instalação dos núcleos, coordenou o programa com a produção de material didático e capacitação de agentes ambientais. Segundo relatório da SMA o programa carece de instrumentos que promovam a capilaridade das ações, de uma ampla rede de comunicação para troca de experiências para solucionar os problemas ambientais.

•IMPLANTAÇÃO DOS NEAS (NÚCLEOS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL) (1997- 1999): Neste período foram criados diversos núcleos na região entre eles: NEA da

Bacia do Rio Juquiá, prefeitura de São Lourenço da Serra, NEA Vale do Ribeira na Fundação Florestal em Registro e NEAs (sub-núcleos Apiaí-Iporanga, Ilha do Cardoso, Iguape, Pariquera-Açu, Ilha Comprida). De acordo com informações levantadas o núcleo da Fundação Florestal em Registro possui uma biblioteca com um conteúdo em Educação Ambiental e é visitada com certa frequência por pessoas interessadas e está aberta ao público, porém, no momento não possui atividades educativas focadas. O Parque Estadual da Ilha do Cardoso possui ainda hoje espaços que são utilizados na visitação pública das escolas da região, o núcleo Apiaí - Iporanga, dentro do PETAR, também recebe visitação pública focada em educação ambiental.

- IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS NA REGIÃO (1996): Segundo relatos dos monitores das comunidades, há estabelecimento de SAFS de 12 anos de implantação, iniciando-se os trabalhos em 1996 nos municípios de Barra do Turvo, no Sítio do Seu José Maria, no bairro do Primeiro Ribeirão, e em Cananéia no Sítio Bela Vista, bairro do Ribeirão Branco.
- PROJETO "RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO AGROFLORESTAL EM COMUNIDADES E ASSENTAMENTOS NO VALE DO RIBEIRA E PONTAL DO PARANAPANEMA" (1996): O PROTER Programa da Terra, Assessoria e Pesquisa em Educação Popular no Meio Rural com as parcerias SINTRAVALE/FAF/CUT, Família do Vale Cooperativa Agroecológica, Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga e APOENA do Pontal do Paranapanema propôs, em 1996, o projeto "Recuperação e Conservação Ambiental através do Desenvolvimento Agroflorestal em Comunidades e Assentamentos no Vale do Ribeira e Pontal do Paranapanema."

O projeto teve por objetivo construir metodologias de forma participativa para avaliação dos resultados econômicos dos SAFs. Iniciou-se em abril de 1996 com data prevista para finalizar em maio de 2008, tendo em seu plano uma proposta de continuação através da propagação das técnicas pelos monitores ambientais, líderes das comunidades, que participaram de todo processo de construção do projeto, tendo como ferramenta principal os intercâmbios pelas áreas. O objetivo seria que estes dessem continuidade aos trabalhos. Em consonância com o projeto surgiram algumas políticas públicas de apoio, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) que adquire produtos oriundos de cultivo agroecológico para merenda escolar, e o PRONAF-Floresta, uma linha de crédito para financiamento de SAFs. Outro resultado bastante promissor desse projeto foi o "I Fórum de Desenvolvimento Agroflorestal e Serviços Agroflorestais no Vale do Ribeira" que ocorreu nos dias 20 e 21 de outubro de 2009 em Registro, com apoio de diversas outras instituições. Neste Fórum, os agricultores monitores relataram os resultados do projeto.

- AGENDA 21 DO BAIRRO GUAPIRUVU/SETE BARRAS ASSOCIAÇÃO AGUA VITAE CIVILIS (1996): Os principais resultados provenientes da Agenda 21 do Guapiruvu foram: Plano de manejo de plantas medicinais; Plano de Negócio com a participação dos moradores do Guapiruvu; Repasse de verbas da Greengrants Fund e da Fundação Hewllet para a continuidade das diretrizes da Agenda 21, como por exemplo: deixar de usar agrotóxico no cultivo de banana, comercializar a produção, eliminando atravessadores; fortalecer a AGUA e o grupo de jovens da comunidade dedicados a atividade de ecoturismo; Repasse de recursos da ONG Vitae Civilis á ASSOCIAÇÃO AGUA para: Criação de um fundo rotativo de microcrédito; Realizar atividades de organização do Grupo de Bananicultores; Engajar os agricultores da região a trabalharem com agricultura orgânica; e Compra de um caminhão para uso comunitário no escoamento da produção.
- CURSO BÁSICO DE MONITORES AMBIENTAIS DO VALE DO RIBEIRA E ALTO PARANAPANEMA-(1998-1999): O curso foi organizado pela equipe da Fundação Florestal do Vale do Ribeira em parceria com a ING ONG, a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Associações de Monitores, Sociedade Brasileira de Espeleologia, Prefeituras e algumas Escolas Estaduais. Foi realizado entre os meses de novembro de 1998 e janeiro de 1999 e sediado no Parque Estadual de Intervales. A formação se deu no sentido de consolidar e uniformizar as relações entre os Parques e os municípios visando o estabelecimento de roteiros e a formação de novos profissionais. O público, em sua maioria, era formado por monitores ambientais, antigos funcionários dos parques, moradores e filhos de moradores do entorno das Unidades de Conservação: Parque Estadual Intervales, Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira e Parque Estadual de Carlos Botelho. A programação do curso de monitores ambientais foi discutida e elaborada de forma a relacionar diversas linhas de conhecimento na área ambiental. Os temas trabalhados no curso para as quatro micro-regiões foram: 1) O ambiente; 2) Unidades de Conservação; 3) Ecoturismo e Educação Ambiental; 4) O Monitor e a educação Ambiental; 5) Interpretação Ambiental e Espeleologia; 6) Saúde Preventiva e Suporte Básico de vida; 7) Espeleologia; e 8) Construção de um turismo sustentável para o Vale do Ribeira: Agenda 21.

Os resultados obtidos foram: maior estímulo da rede de serviços entre Unidades de Conservação, prefeituras, agentes locais, agências de turismo, escolas públicas, a produção de alguns materiais como relatórios, mapas temáticos, desenhos, fotografias, textos e poesias. A integração entre alunos e guias das Unidades de Conservação, formação dos monitores como agentes comunitários locais, e apoio à consolidação do Núcleo de Educação Ambiental do Ouro Grosso.

- INÍCIO DA OPERAÇÃO LITORAL VIVO PRAIA LIMPA, CEAM (CANANÉIA E ILHA COMPRIDA) (1998): Programa realizado pela SMA em parceria com ONGs, Corpo de Bombeiros e prefeituras de todos os municípios litorâneos do Estado de São Paulo. A campanha representa uma grande mobilização educacional direcionada para seis milhões de turistas e moradores. Na sua criação previa a conscientização dos cidadãos para a necessidade de melhoria da qualidade ambiental alertando para a importância da limpeza das praias para a promoção do lazer. Consiste basicamente na instalação de lixeiras nas orlas, entrega de saquinhos e alerta para o descarte adequado do lixo. A CEAM realizou cursos de capacitação de professores tornando a operação litoral vivo um programa de educação continuada, no âmbito das escolas do litoral. Em 1998 o programa passou a se chamar Litoral Vivo- Praia limpa privilegiando as questões de saúde pública, os riscos de exposição ao sol, as consequências do buraco na camada de ozônio para saúde, poluição da áqua e etc.
- INÍCIO DA "TAÇA XIRIRICA DE CANOAGEM NO RIO RIBEIRA DE IGUAPE" (1999): Organizado pela ONG Pé no Mato e pela Prefeitura de Eldorado, é realizada anualmente, devido sua abrangência regional e a ampla participação dos diversos atores locais, onde são envolvidas muitas famílias de municípios vizinhos, realizadas atividades de plantio de mudas e coleta de lixo nas margens do rio, o que reforça a conscientização e proporciona o contato direto com os recursos hídricos e naturais na região de Eldorado.
- "METODOLOGIA DE CURSOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL FRENTE AOS PCNS NOS VALES DO PARAÍBA E RIBEIRA" (1999): Iniciado em 1999 e finalizado em 2004, o projeto buscou desenvolver metodologias de cursos de educação ambiental visando à formação de professores de ensino fundamental para que esses inserissem a temática ambiental nas suas práticas pedagógicas de forma interdisciplinar. As características locais ambientes, cultura, sociedade e economia foram levadas em consideração para que essas metodologias respeitassem as particularidades de cada região, de modo que as políticas públicas pudessem ser discutidas, articuladas e inseridas pelos professores no seu cotidiano. Realizado pela SMA/FF com apoio da FAPESP o trabalho teve quatro fases diferentes:
- Processo de preparação dos cursos e encontros; Processo de construção coletiva de experiências sobre educação ambiental; Apresentação de resultados e avaliação de experiências e; Cenas do Vale do Paraíba: experiências vividas em educação ambiental por professores e seus alunos.

Os detalhes dessas fases se encontram detalhados no caderno "Gestão de Unidades de conservação e Educação Ambiental" publicado pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo em 2008.

- · CRIAÇÃO DA "REDE DE MONITORES AMBIENTAIS" COM APOIO DO CODIVAR E DA ING-ONG e INSTITUTO FLORESTAL - SMA - (1999): A Rede de Monitoria Ambiental do Vale do Ribeira (Rema-Vale) foi fundada com o objetivo de reunir as associações de monitores ambientais e entidades ecológicas de todo o Vale do Ribeira, possuindo alcance regional de representatividade no Lagamar, Médio e Alto Vale e no litoral do Paraná. Os principais objetivos da rede eram possibilitar a troca de experiências entre associações de monitores, a regulamentação profissional da atividade, o desenvolvimento de projetos socioambientais e a implementação de roteiros ecoturísticos que integrassem diferentes municípios e atrativos turísticos da Região. As organizações que iniciaram a participação na Rema-Vale são: - Associação de Monitores Ambientais de Iguape(AMAI) - Associação de Amigos e Moradores do Guapiruvu (AGUA) -Associação de Monitores Ambientais de Iporanga e Região (AMAIR) - Associação de Monitores Ambientais do Município de Eldorado (AMAMEL) -Associação de Monitores Ambientais de Peruíbe (AMAP) -Associação de Monitores Ambientais de Tapiraí (AMATA) -Associação de Monitores Ambientais de Cananéia (AMOAMCA) -Associação Vidas Verdes (AVV) -Grupo Espeleológico de Apiaí (GESAP) -Grupo Ecológico Guaraú (GREG) -Instituto Ing Ong de Planejamento Socioambiental -Instituto de Pesquisas de Guaraqueçaba (IPG) - Nacture -Pé no Mato.
- PROJETO "OBSERVANDO O RIBEIRA III", SOS MATA ATLÂNTICA, INSTITUTO VIDAGUA E DIRETORIA REGIONAL DE ENSIN (2000-2006): Projeto voltado ao monitoramento da qualidade das águas da Bacia do Rio Ribeira de Iguape, ao desenvolvimento de atividades de educação ambiental e capacitação dos atores locais e unidades de ensino para a multiplicação do conhecimento e das ações relacionadas à proteção e recuperação do meio ambiente, com atividades de fortalecimento dos 130 grupos de monitoramento: aquisição e disponibilização de kits de análise de água; realização de reuniões técnicas com grupos estratégicos e Unidades de Ensino; treinamento de monitores e capacitação de professores; organização de cursos, seminários; workshops e eventos; participação na produção de material educativo e de apoio; acompanhamento e distribuição de equipamentos e materiais; participação na construção de mapas e atualização da página na internet.
- CAPACITAÇÃO DE 183 PROFESSORES EM EA NO ALTO, MÉDIO E BAIXO RIBEIRA SEE / ONG GAIA AMBIENTAL / FEHIDRO (2001): O projeto visou a capacitação de professores da rede pública em conceitos de Educação Ambiental, formando-os com objetivo de que se tornassem multiplicadores na área de conservação e utilização de recursos naturais, partindo do pressuposto de que a integração entre escola e comunidade fortalece as bases da cidadania e alavanca o processo do desenvolvimento

sustentável. O projeto contou com várias parcerias, dentre elas: Centro de Estudos Ecológicos Gaia Ambiental com apoio do CBH RB (recursos Fehidro), Núcleo Regional de Educação Ambiental do Vale do Ribeira (NEA-VR), Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Parque de Pariquera Abaixo, DEPRN Iguape, IBAMA, sub-núcleos de EA. do Vale do Ribeira e Prefeituras.

- CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO MANDIRA (2002): Decreto Federal de 13/12/2002. Município de Cananéia. Área 1.175,00ha.
- "ESCOLA CAIÇARA" NA JURÉIA (2000-2004): A questão da evasão do povo das comunidades tradicionais para a cidade e em consequência a perda da identidade e da cultura deu inicio à criação e implantação das "Escolas Caiçaras", um projeto de iniciativa da Prof<sup>a</sup> Luzia Alonso em parceria com USP, UNICAMP e Associações Comunitárias. A preservação da Mata Atlântica e da cultura caiçara foram um dos desafios que movimentaram o projeto pedagógico da escola, onde o objetivo era oferecer à comunidade uma escola que valorizasse os conhecimentos deixados de lado pelo ensino formal, trabalhando com os saberes construídos por eles na sua estreita relação com a floresta, rios e mares. Para tanto, a escola reuniu moradores e ex-moradores para trocarem saberes relacionados à pesca, agricultura, extrativismo, arte, culinária, cura, dança, música, modos de falar e religião. Porém nos últimos anos, em decorrência da dificuldade de obtenção de verba e recursos humanos para continuidade, o projeto se encontra desativado.
- PROJETO RECICLANDO MATÉRIA (DIRETORIA REGINAL DE ENSINO DE MIRACATU EE "OTAVIANO SOARES ALBUQUERQUE" (INICIO EM 2000): O projeto visa fazer a coleta seletiva e reciclagem de materiais como papel, plástico, latas, alumínio, papelão e etc. Um dos principais objetivos do projeto foi transformar o ambiente escolar, tornando-o mais limpo e agradável, melhorando a qualidade de vida dos alunos. Os alunos entenderam o processo de economia de recursos naturais e energia, a comunidade tem participação ativa, trazendo materiais recicláveis à escola. O resultado da venda desses materiais é utilizado em projetos na própria escola um viveiro de mudas foi construído com o recurso arrecadado. Em nove anos de projeto foram recicladas 70 toneladas de recicláveis. Há uma grande participação de alunos, pais, da comunidade e do comércio. A intenção era que este projeto se estendesse para todo o município e, em 2009, a Prefeitura conseguiu um caminhão de coleta seletiva e está planejando a construção de um barracão para o trabalho dos catadores.
- PROJETO RECICLAGEM AMAVALES (2000): O objetivo deste projeto foi incentivar a reciclagem nas margens do Rio Ribeira e possibilitar um acréscimo de renda aos catadores destes materiais, que já atuam há anos na cidade de Registro. O projeto foi uma

parceria entre a AMAVALES, Prefeitura Municipal de Registro, DEPRN, CETESB e da Polícia Florestal.

- PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CONSERVAÇÃO DO PAPAGAIO DO PEITO-ROXO (2001): O Programa de Educação Ambiental teve início em 23/08/2001, tendo sido paralisado em julho de 2002, em função da aplicação da Instrução Normativa nº 27, de 22/05/2002, referente a suspensão de ações publicitárias e promocionais no período pré-eleitoral das eleições presidenciais de 2002. Em Agosto de 2008 o programa foi reativado, tendo como atividades finais, orientação sobre a necessidade de conservação do Papagaio do Peito-Roxo, Amazona Vinacea. Desenvolvido pelo DNIT, com orientação da Fundação Florestal, o Programa de Educação Ambiental teve como público alvo professores da rede pública de ensino fundamental, ciclos I e II, dos municípios de Cajati e Barra Turvo, especificamente das escolas Rurais, inseridas na área ou próximas a área do recém-criado Parque Estadual do Rio Turvo. O Programa foi executado pela empresa Ambiente Brasil Engenharia e contou com o apoio da Policia Militar Ambiental e de técnicos do Parque Estadual do Rio Turvo. As palestras foram realizadas com os professores nas escolas, para que estes sirvam como multiplicadores do programa. Foram multiplicadas informações sobre Legislação Ambiental, Fauna, Tráfico de Animais, sobre o Parque Estadual do Rio Turvo e especificamente sobre o Papagaio do Peito-Roxo. Para os alunos, foram passadas informações sobre o Papagaio do Peito-Roxo, envolvendo o tráfico da espécie na região, e a importância de conservação da espécie para que não entre em extinção. O material de divulgação incluiu camiseta, boné, cartilha, folder e adesivo, distribuídos para todos os alunos e professores que assistiram às palestras. Nas praças de pedágios da BR-116 em Cajati e Barra do Turvo foram distribuídos folders, com informações sobre o Papagaio do Peito-Roxo e sobre o Parque Estadual do Rio Turvo. Foram instaladas placas de divulgação na área do PERT, inseridas na BR-116 - Rodovia Régis Bittencourt – indicando que o local é habitat do Papagaio do Peito-Roxo.
- INICIO DO PROJETO "CIDADÃO CATADOR" PREFEITURA MUNICIPAL / AMAVALES (2002): A Comunidade pode conhecer a importância da reciclagem do lixo e seus reflexos na qualidade de vida e no meio ambiente. Parceria AMAVALES, Prefeitura Municipal de Registro
- FÓRUM DLIS PRIMEIRO MANGUEZAL ATIVO LEI MUNICIPAL SOBRE PROTEÇÃO DO MANGUEZAL EM CANANÉIA SEMANA DO MANGUEZAL (7ª edição em 2009).

O evento é realizado desde 2002 no município e garantido por lei municipal desde 2004, que prevê a realização de atividades educativas, culturais e de limpeza desse ecossistema em todo o mês de novembro. No ano de 2009, durante o VII Manguezal Ativo, cerca de 60

pessoas, entre alunos do ensino fundamental e médio, professores e voluntários, divididos em dois grupos (centro da cidade) e (Bairro Porto Cubatão), recolheram quase 600 quilos de lixo em uma hora de limpeza de manguezais como o do Rio Olaria e da Ponta do Arrozal, no Carijo, e no Bairro Porto Cubatão.

- PROJETO "CANANÉIA TEM PARQUE" NO PARQUE ESTADUAL ILHA DO CARDOSO (2002-ATÉ HOJE): Todas as quartas-feiras, ao longo do ano letivo, crianças e adolescentes das escolas públicas de Cananéia e outra cidades próximas têm a chance de conhecer o núcleo Perequê do Parque. São em média 40 alunos por semana que, sob a coordenação do Policial Marcos Antônio Mendes 4º pelotão da Polícia Ambiental de Cananéia e acompanhados de monitores ambientais e funcionários do Parque conhecem as trilhas e demais instalações do PEIC, em uma importante atividade de educação ambiental. Desde seu início, mais de três mil alunos foram atendidos. Durante a visita, os alunos conhecem os diversos ecossistemas da Ilha. Desta forma, dá-se espaço ao processo de sensibilização para a realidade em que vivem, bem como às possibilidades de modificá-la, valorizá-la e melhorá-la.
- PROJETO ESCOLA NO PARQUE- Pariquera-Açu -AVV Associação vidas verdes (2002- 2009): O projeto aconteceu no Parque Estadual Campina do Encantado/SP, junto aos estudantes da rede pública de Ensino Médio e Fundamental das Escolas Estaduais e Municipais de Pariquera- Açu e Região. Foram realizados roteiros incluindo nas atividades, trilhas, palestras, dinâmicas em grupos, pesquisas do meio, tendo alcançado durante os seis anos um público estimado de 5.176 alunos. Desde seu inicio o Projeto Escola no Parque teve o apoio da Secretaria do Meio Ambiente e o Instituto Florestal do Estado de São Paulo, no qual oferece como contrapartida a estrutura do Parque Estadual Campina do Encantado para concretização dos trabalhos do Projeto. Diante do sucesso alcançado, buscou-se também o patrocínio e a colaboração de pessoas jurídicas interessadas para a ampliação das ações. O Projeto Escola no Parque teve as seguintes atividades práticas: Utilização de material áudio visual sobre lixo e desperdício, som e barulho, florestas tropicais e energia, os oceanos, o ar está em todo lugar, e sobre o Parque Estadual Campina do Encantado; Palestras sobre comportamento e meio ambiente, sobre o Parque, preservação, as trilhas ecológicas, a fauna e a flora da Mata Atlântica, pesquisas e a atuação no combate ao tráfico de animais; - Trilhas Ecológicas feitas com o acompanhamento de Monitores Ambientais e Policiais Ambientais; - Pesquisas aplicadas com a vegetação na floresta ombrófila. A AVV, responsável pelo Projeto Escola no Parque, atuou também na preparação dos Monitores Ambientais, que tiveram de pesquisar para fortalecer e dar continuidade aos trabalhos de conscientização não apenas para

atender aos propósitos do Projeto, mas principalmente, para despertar sobre a necessidade e importância da Educação Ambiental.

• PROJETO "VALE DO RIBEIRA SUSTENTÁVEL" AGENDA 21 REGIONAL / PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL - IDESC/FNMA/MMA/ CONSAD (2005-2009): Com base nos princípios da Agenda XXI, o Projeto "Elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira e Implantação de Projetos Socioambientais Prioritários — Vale do Ribeira Sustentável — Agenda 21" — financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente/Ministério do Meio Ambiente - desencadeou um processo participativo de construção do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável no Vale do Ribeira, envolvendo os diferentes segmentos da sociedade de 32 municípios, localizados nos estados de São Paulo e Paraná e inseridos na Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape. É uma ação conjunta do Ministério do Meio Ambiente, através do Programa Agenda XXI e do Fundo Nacional do Meio Ambiente, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, através da Secretaria de Segurança Alimentar, e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial.

O IDESC foi escolhido, em 2004, como entidade executora do Projeto, em assembléia geral do CONSAD - Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local. Na ocasião, 32 instituições tornaram-se parceiras do Projeto. Desde o início, o processo de construção do Plano de Desenvolvimento Sustentável priorizou a participação do Território, com um debate qualificado sobre o Território envolvendo governos e os diferentes setores da sociedade civil. Ao longo dos anos de execução, o Projeto "Vale do Ribeira Sustentável" conquistou resultados significativos destacando-se, entre eles, o processo de articulação e fortalecimento do capital social do Território, através do apoio aos Fóruns como o CONSAD (Vale do Ribeira-SP) e o Fórum de Desenvolvimento Territorial (Vale do Ribeira-PR), e de ampliação das parcerias para a realização das ações, contando atualmente com 68 entidades participantes. Também é significativo o processo de mobilização e capacitação desenvolvido em todas as microrregiões do Território, envolvendo mais de 150 entidades da sociedade civil e instituições do poder público, totalizando mais de 500 participantes em oficinas de nivelamento conceitual, oficinas de capacitação em elaboração de projetos e reuniões de acompanhamento dos projetos, e mais de 300 participantes em seminários temáticos.

A construção do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável é o resultado que tem sido destacado como referência nacional no aspecto da articulação e da mobilização territorial. Num processo participativo que reuniu comunidades quilombolas, indígenas,

caiçaras, ribeirinhos, jovens, mulheres, empresários, representantes de sindicatos, associações, clubes de serviço, entidades ambientalistas, entidades sociais, enfim, os mais diferentes segmentos da sociedade civil, com representantes de prefeituras, câmaras, secretarias de estados e do governo federal, foram realizadas ao todo 04 conferências microrregionais e 01 grande Conferência Regional.

As conferências microrregionais aconteceram no mês de julho de 2006 e contaram com a participação de mais de 600 pessoas. Em agosto de 2006, foi realizada a I Conferência de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira, onde participaram 191 delegados e 111 convidados. Houve um debate qualificado entre os participantes sobre os desafios, os consensos e os conflitos do Território. Nos grupos temáticos e nas plenárias, foram debatidas as diretrizes e as metas, bem como definidos os projetos e os programas de ação do Território.

Os temas discutidos nas conferências microrregionais e depois na conferência regional pelos grupos de discussão foram relacionados com: Políticas Públicas; Educação; Cultura; Saúde; Assistência e Lazer; Segurança Pública; Agricultura Familiar; Pesca e Aquicultura; Turismo; Mineração; Conselhos Municipais e Regionais; Comunidades Tradicionais; Orçamento Público; Desenvolvimento Socioeconômico e meio Ambiente; Inclusão Social; Segurança Alimentar; Geração de Emprego e Renda; Regularização Fundiária e Reforma Agrária; Macrozoneamento Socioambiental; Infraestrutura e Serviços; Saneamento Ambiental; Rodovias e Estradas; Comunicação e Informação.

Ao final da conferência regional foi possível pactuar o seguinte conceito de desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira:

"O desenvolvimento territorial sustentável do Vale do Ribeira deve promover integralmente a melhoria da qualidade de vida para toda a população local, aumentar a autoestima e as expectativas da geração atual e garantir os direitos das gerações futuras. Deve atender ao princípio da democracia no acesso à terra e efetuar a regularização fundiária. Deve atender de forma universal e com qualidade às necessidades básicas de segurança alimentar, de educação, de saúde, de moradia, de transporte e segurança pública. Deve promover a criação de mais e melhores empregos, a geração de trabalho e renda, com investimentos equitativos em infraestrutura e em políticas de inclusão social e de combate à pobreza, respeitando o meio ambiente e todas as formas de vida, garantindo a conservação e o uso dos recursos naturais de uma forma equilibrada e consciente. Deve basear-se em processos democráticos e participativos no reconhecimento do processo histórico e das características geográficas de formação do território e no respeito mutuo à nossa diversidade étnica, social, cultural, religiosa, econômica, política e de gênero."

A Conferência Regional também referendou o processo de seleção e implantação dos projetos socioambientais prioritários, atividade iniciada com a realização das oficinas de capacitação em elaboração de projetos. Este é o principal diferencial do Projeto "Vale do Ribeira Sustentável-AGENDA 21": o financiamento de pequenos projetos socioambientais, ou seja, parte dos recursos do projeto foi destinada para apoiar outras organizações não governamentais, sediadas e com atuação no Vale do Ribeira (SP e PR), a executarem pequenos projetos na área socioambiental. As entidades tiveram a oportunidade de apresentar suas propostas através de dois editais, lançados pelo IDESC. No primeiro, em 2006, foram selecionados 15 projetos. No segundo edital, em 2007, mais 08 propostas foram escolhidas num processo que contou com a participação de representantes das entidades parceiras, do CONSAD e do Fórum de Desenvolvimento Territorial do Vale do Ribeira-Paraná, desde a elaboração dos editais para seleção das propostas até a formação da Comissão de Avaliação dos Projetos, composta por representantes do IDESC, dos Fóruns citados e consultores especializados.

Hoje, em diferentes locais do Vale do Ribeira, há um pequeno projeto socioambiental apoiado com recursos repassados pelo convenio FNMA/MMA/IDESC, através do Projeto Vale do Ribeira Sustentável. As entidades executoras receberam recursos para custeio e também para aquisição de equipamentos e materiais necessários ao desenvolvimento das atividades previstas. Entre esses projetos alguns tiveram mais enfoque na educação socioambiental, tais como:

- PROJETO MANEJO DE QUINTAIS DE JUÇARA Associação de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável do Bairro Guapiruvu AGUA- Sete Barras: Financiado com recursos do Projeto da Agenda 21/Vale do Ribeira Sustentável (IDESC/FNMA/MMA), teve como objetivo viabilizar a operação e execução da logística do desenvolvimento de negócios sustentáveis da agricultura familiar local, dando prosseguimento ao Projeto JUCEARÁ G30 com o licenciamento ambiental de 7 propriedades com quintais de juçara, liberando os produtos da mesma para a venda. Difundir a importância socioambiental da juçara para a economia local e para a biodiversidade da mata atlântica foi outro objetivo do projeto.
- PROJETO ESCOLA NO PARQUE /Iporanga AGENDA 21 ESCOLAR/ Associação de Monitores Ambientais de Iporanga e Região: Financiado com recursos do Projeto da Agenda 21/Vale do Ribeira Sustentável (IDESC/FNMA/MMA), o objetivo foi sensibilizar a comunidade escolar e do entorno sobre a importância da Agenda 21 escolar num processo amplo e participativo entre as comunidades e governos, como forma de reduzir as causas da destruição do Bioma Mata Atlântica e incentivar o desenvolvimento sustentável no município e região. Foram realizadas atividades de ecoturismo e educação ambiental como

forma de sensibilizar a comunidade escolar e entorno sobre as questões que degradam o bioma Mata Atlântica. Capacitar os atores envolvidos no projeto Escola no Parque e intensificar as atividades de educação ambiental no município e região.

- PROJETO DE REFLORESTAMENTO DE ÁREAS DEGRADADAS, COM MUDAS DE ÁRVORES NATIVAS, E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES SÓCIO-AMBIENTAIS COM A COMUNIDADE DO BAIRRO CONCHAS/ Associação dos Moradores do Bairro Conchas de Cajati: Financiado com recursos do Projeto da Agenda 21/Vale do Ribeira Sustentável (IDESC/FNMA/MMA), o objetivo do projeto foi estimular iniciativas socioambientais na comunidade visando a melhoria da qualidade de vida, produção de mudas nativas e reflorestamento de áreas degradadas, bem como fornecer informações e formação à comunidade sobre legislação, unidades de conservação, reciclagem. As principais ações foram: implantação e estruturação de um viveiro, Monitoria e Manutenção, Palestras e visita à Agrofloresta.
- PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE FOSSA SÉPTICA BIODIGESTORA NA COMUNIDADE DO BAIRRO RIBEIRÃO DOS PONTES/ Associação dos Produtores Orgânicos Autossustentáveis do Bairro Ribeirão dos Pontes, APIAÍ: Financiado com recursos do Projeto da Agenda 21/Vale do Ribeira Sustentável (IDESC/FNMA/MMA), o objetivo do projeto foi a construção do sistema de Fossa Séptica Biodigestora, desenvolvido pela Embrapa, contribuindo para a melhoria da saúde da população ao promover o saneamento básico na zona rural, preservação do meio ambiente e geração de adubo orgânico de qualidade em substituição ao químico. As principais ações foram: Sensibilização da comunidade rural e identificação dos locais para Implantação das Unidades de Fossas Sépticas Biodigestoras no bairro Ribeirão dos Pontes.
- PROJETO FORTALECENDO O PROTAGONISMO DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS QUILOMBOLAS DOS BAIRROS TERRA SECA E RIBEIRÃO GRANDE NO PROCESSO DE RECONHECIMENTO DE SEUS DIREITOS, CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA COMUNIDADE/ Associação dos Remanescentes de Quilombo dos Bairros Ribeirão Grande e Terra Seca, BARRA DO TURVO: Financiado com recursos do Projeto da Agenda 21/Vale do Ribeira Sustentável (IDESC/FNMA/MMA), o objetivo foi fortalecer a organização comunitária e o protagonismo das famílias quilombolas em processos como o reconhecimento de seus direitos históricos sobre as terras em que vivem e a geração de renda decorrente de atividades que também resultam na conservação e recuperação ambiental. As principais ações foram: aperfeiçoar a gestão, registro escrito e fotográfico das reuniões e eventos nos quais a associação participa ou promove, viabilizar processos de inclusão digital de

associados e aumentar a independência da associação na redação de projetos e documentos diversos, contribuir com a geração de renda e com o incremento da agrobiodiversidade presente nas unidades de produção das famílias associadas, através do maior aproveitamento das frutas e da valorização e facilitação da comercialização dos produtos da cana, fortalecendo a associação e potencializando as ações que visam a transformação rumo à sustentabilidade da agricultura praticada pelos associados, viabilizar o transporte da produção agroflorestal desde os locais montanhosos e de difícil acesso aonde são produzidos até a estrada em unidades de produção.

- PROJETO EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA REGIÃO DO ALTO VALE DO RIBEIRA, JUNTO AS ESCOLAS E INTEGRAÇÃO REGIONAL NO DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO/Associação Serrana Ambientalista, IPORANGA: Financiado com recursos do Projeto da Agenda 21/Vale do Ribeira Sustentável (IDESC/FNMA/MMA), o Projeto teve como objetivo a ampliação da discussão e do debate entre os jovens, professores e comunidades de sete escolas, sobre os problemas atuais relacionados ao meio ambiente, através do desenvolvimento de atividades temáticas, estímulo a compreensão e a importância da preservação do meio ambiente, assim como discutir alternativas para o desenvolvimento sustentável através do ecoturismo com a promoção de oportunidades para os alunos que desenvolverem os melhores trabalhos a conhecerem outros locais e ecossistemas da mata atlântica da sua região onde vivem e fora dela, com o intuito de incentivá-los a serem agentes ambientais multiplicadores. As principais ações foram reuniões de Planejamento das atividades, Palestras de Educação Ambiental, Eventos Temáticos Municipais de Meio Ambiente.
- PROJETO CAMPANHA PESCA CONSCIENTE/ Colônia de Pescadores Z-7 "Veiga Miranda", IGUAPE: Financiado com recursos do Projeto da Agenda 21/Vale do Ribeira Sustentável (IDESC/FNMA/MMA), o objetivo foi fomentar a regularização dos pescadores, divulgar e difundir as informações sobre seus direitos e deveres perante a lei e levar informações ambientais de preservação e manejo, em busca do desenvolvimento socioambiental. As principais ações foram: confecção de uma cartilha informativa sobre pesca, fomento ao licenciamento dos pescadores sem documentação, divulgação de informações sobre aspectos socioeconômicos, de preservação ambiental e de gestão.
- PROJETO POPULAÇÕES TRADICIONAIS GERANDO RENDA A PARTIR DA RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E DO AUMENTO DA BIODIVERSIDADE/ Cooperafloresta, BARRA DO TURVO. Financiado com recursos do Projeto da Agenda 21/Vale do Ribeira Sustentável (IDESC/FNMA/MMA), o objetivo foi fortalecer, aperfeiçoar e multiplicar a agrofloresta, em processo protagonizado por famílias agricultoras tradicionais, gerando renda para populações antes excluídas e contribuindo para um paradigma de

desenvolvimento que valorize e desenvolva a grande riqueza cultural e ambiental do Vale do Ribeira. As principais ações foram: capacitar jovens para a coleta de sementes e produção de mudas em processo que resulte simultaneamente na produção de 50 mil mudas florestais e frutíferas que enriquecerão os sistemas agroflorestais das 78 famílias da Cooperafloresta, sensibilizar 120 agricultores e agricultoras para a prática da agrofloresta e agroecologia, instalação dos sistemas de trilhos para transporte da produção, e infraestrutura para escoamento de produção para centros de comercialização.

- PROJETO EM CENA EM AÇÃO! EDUCOMUNICAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DA AGENDA 21 NO MUNICÍPIO DE CANANÉIA/ IPEC INSTITUTO DE PESQUISAS CANANÉIA, CANANÉIA: Financiado com recursos do Projeto da Agenda 21/Vale do Ribeira Sustentável (IDESC/FNMA/MMA), o objetivo foi fortalecer a participação popular dos atores locais nos bairros de Cananéia através do processo de construção da agenda 21 local. As principais ações foram: capacitação de multiplicadores em educomunicação e arte-educação, fortalecimento do processo participativo popular, fórum participativo para construção da agenda 21 local.
- •PROJETO EDUCAÇÃO AMBIENTAL CAPACITAÇÃO EM ASSOCIATIVISMO/ Associação dos Trabalhadores da Agricultura do Vale do Ribeira e Litoral Sul SINTRAVALE, BARRA DO TURVO: Financiado com recursos do Projeto da Agenda 21/Vale do Ribeira Sustentável (IDESC/FNMA/MMA), o objetivo foi fomentar a organização social e desenvolver atividades capacitadoras em educação socioambiental da comunidade do Bairro Ribeirão Bonito. As principais ações foram: sensibilização e planejamento, oficina sobre educação ambiental e cidadania, elaboração de cartilha sobre educação ambiental.
- PROJETO IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE EXPERIÊNCIA PILOTO DO SISTEMA E FOSSAS SÉPTICAS E CONVERSÃO DA COLETA SANITÁRIA EM ADUBO ORGÂNICO NO MUNICÍPIO DE CAJATI/ Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajati: Financiado com recursos do Projeto da Agenda 21/Vale do Ribeira Sustentável (IDESC/FNMA/MMA), o objetivo foi a implantação de 02 unidades de sistemas de fossas sépticas e a conversão da coleta sanitária em adubo orgânico, promover o desenvolvimento sustentável, a preservação e a utilização das águas com qualidade através da realização e atividades participativas. As principais ações foram: mobilizar os moradores dos bairros e Vila Tatu e Timbuva para a implantação de 02 unidades piloto do sistema de fossas sépticas, realizar oficinas de formação e capacitação da equipe técnica do projeto, das instituições parceiras, de lideranças locais e atores da comunidade, fortalecimento institucional e implantação de 02 unidades de sistemas de fossas sépticas.

- PROJETO CONSERVAÇÃO DA ESPÉCIE DO PALMITO JUÇARA PARA FINS DE GERAÇÃO DE RENDA NO QUILOMBO ANDRÉ LOPES Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro André Lopes Eldorado: Financiado com recursos do Projeto da Agenda 21/Vale do Ribeira Sustentável (IDESC/FNMA/MMA), teve como objetivo promover o repovoamento e disseminação do palmito juçara em terras quilombolas como alternativa para a conservação da espécie e posteriormente para a geração de renda, através do manejo sustentável e da comercialização de produtos a base do palmito. Foram instalados viveiros para manter os estoques de mudas e sementes da juçara.
- PROJETO VIVEIROS AGROFLORESTAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE CANANÉIA Centro de Estudos Ecológicos GAIA Ambiental Cananéia: Financiado com recursos do Projeto da Agenda 21/Vale do Ribeira Sustentável (IDESC/FNMA/MMA), teve como objetivo fomentar as iniciativas e atender as demandas de produção de mudas nativas (palmito Juçara), hortaliças, melíferas, ornamentais e plantas medicinais de agricultores familiares, envolvidos em um processo de transição de agricultura de coivara para o sistema agroecológico.
- CRIAÇÃO DA REDE CANANÉIA (2004): A Rede foi criada com o objetivo de proporcionar apoio aos atores locais e a interação dos mesmos com os projetos com os quais estão vinculados para a construção de uma proposta de desenvolvimento local integrada. Seus associados atuam na área socioambiental e consistem tanto em associações de comunidades tradicionais, entidades de classe, instituições de assistência técnica e coletivos jovens. Entre as áreas de fomento da Rede estão fortalecimento do Terceiro Setor, Gestão de Unidades de Conservação, Gerenciamento Costeiro, Manejo de Recursos Florestais, Remanescentes de Quilombos, Capacitação Comunitária. Fazem parte da Rede 19 entidades do Terceiro Setor.
- PUBLICAÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO DO JORNAL "Galera objetiva E.E Dr. Amadeu Mendes de Apiaí (2004): Com apoio da Diretoria Regional de Ensino o Jornal abordou assuntos relativos ao meio ambiente como coleta seletiva, lixo orgânico, sugestões para o lixo e etc.
- "PROJETO ÁGUA HOJE E SEMPRE: CONSUMO SUSTENTÁVEL" (2004): Projeto da Secretaria Estadual de Ensino no Vale do Ribeira executado pela Diretoria Regional de Ensino de Registro e Miracatu (Regional). Abrange o ciclo 1 (1ª a 4ª série), ciclo 2 (5ª a 8ª série) e Ensino Médio. O projeto tem um trabalho no âmbito regional e procura abordar a hidrografia da região, a poluição e o lixo, trabalhando a partir da sala de aula, parte do pressuposto de que a Educação Ambiental é um processo que se inicia no micro até atingir

o macro. O projeto começou em 2004 e continua funcionando até os dias de hoje. Houve publicação de material pedagógico para desenvolver o projeto.

• FORMAÇÃO DOS COLETIVOS JOVEM E EDUCADOR DO LAGAMAR (2005-2006): Projeto Financiando pelo FNMA e proposto pela ONG Biologus e a Rede Cananéia, visou a Formação de Educadores Ambientais e Coletivos Jovens nos municípios de Cananéia, Ilha Comprida, Pariquera-Açu e Iguape.

# • COLETIVO JOVEM CAIÇARA DE CANANÉIA (2006 até hoje)

O Coletivo Jovem Caiçara foi formado através do Projeto Educação de Chico Mendes (MEC/FNDE). É um grupo organizado de jovens que se propõe a discutir e buscar soluções para os problemas socioambientais da cidade e região, além de formas de reconhecer e valorizar as culturas das comunidades, principalmente a caiçara. É composto de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, que atuam em forma de rede para articular outros jovens e outras organizações, além de estimular o espírito crítico e a formação de cidadãos responsáveis e comprometidos com a temática socioambiental, construindo participativamente novas formas de desenvolvimento e buscando melhoria na qualidade de vida.

- **PEDAGOGIA CIDADÃ UNESP (2000 2005)**: A Professora Luiza Alonso trabalhou na UNESP de Registro, onde orientou muitos trabalhos de conclusão de curso com educação ambiental na licenciatura da proposta pedagógica a distância. Também produziu vídeos com os alunos da Pedagogia Cidadã. Os documentos produzidos encontram-se na Fundação UNESP em São Paulo.
- CAMPANHA CÍLIOS DO RIBEIRA (2006): A Campanha é coordenada pelo Instituto VIDAGUA e Instituto Socioambiental e envolve mais de 40 instituições públicas, segmentos sociais e comunidades locais de 33 municípios paulistas e paranaenses da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, no desenvolvimento de ações estratégicas para a proteção das águas e recuperação das áreas de preservação permanente. A Campanha realiza plantios em áreas de preservação permanente em parceria com produtores rurais, comunidades tradicionais e escolas estaduais e municipais da região, aproveitando o momento dos plantios para conscientizar e informar professores alunos e demais parceiros na importância de manter a vegetação e recuperar as áreas de preservação permanente.
- PROJETO JOVENS ECONSCIENTES (2006 ATÉ HOJE): ELEKTRO, Fundação Florestal/ Parque Estadual da Campina do Encantado, inicialmente em parceria com a AVV e, desde 2008, em parceria com o IDESC. Estendido para o Parque Estadual da Caverna do Diabo em 2009 (Pariquera-Açu, Cananéia e Eldorado).

O projeto objetiva iniciar um processo de formação continuada de jovens lideres em sustentabilidade para agirem no âmbito local e regional em questões socioambientais, de forma que os mesmos pudessem atuar como monitores ambientais (multiplicadores) e guardiões da biodiversidade, promovendo, a partir da atuação direta, a mobilização comunitária para as causas ambientais, objetivos esses que, segundo Márcia Santana, coordenadora do Projeto e gestora do Parque, estão sendo alcançados e superados a cada dia, tornando o PJE uma das referências em Educação Ambiental no Vale do Ribeira. Dentre as atividades realizadas pelos jovens, que recebem uma bolsa mensal para participarem do projeto, podemos destacar a produção de mudas e o plantio das mesmas em áreas degradadas, além de outras atividades, como visitas monitoradas, que são realizadas continuamente dentro do próprio PECE (Parque Estadual Campina do Encantado).

- •PUBLICAÇÃO DO CADERNO "PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO" (2006): Publicado pela Secretaria de Estado da Educação, foram estabelecidas as habilidades e competências de cada setor envolvido com educação onde foram definidos conteúdos dos bimestres e os temas relacionados à Educação Ambiental distribuídos ao longo do ano nas disciplinas de Biologia, Geografia e Ciências.
- CRIAÇÃO DAS "SALAS VERDES" (2006-2007): Estão localizadas nas cidades de Cananéia e Iguape e consistem num Centro de Informação e Educação Popular, cujo objetivo é democratizar o acesso a informações, materiais e publicações socioambientais e culturais.
- EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS ITESP (2001 a 2009): visou contribuir para uma melhor compreensão por parte de comunidades quilombolas e técnicos de ATER da realidade atual e das perspectivas futuras em relação à conservação e ao uso dos recursos naturais bem como para o fortalecimento cultural dessas comunidades, usando temas ligados ao meio ambiente vivenciado pelas comunidades quilombolas, principalmente mata ciliar, água, fauna, flora, desenvolvimento sustentável, roças tradicionais e lixo.
- PROJETO PETECA ITESP (2007 e 2008): Projeto de Valorização Cultural e Educação Ambiental para crianças e jovens quilombolas, que teve o objetivo de construir com as crianças e jovens a sua identidade, trabalhando sua autoestima com a valorização de sua origem e a cultura de sua comunidade. Muitos temas, ligados ao meio ambiente local e cultura quilombola foram trabalhados, tais como: fauna, flora, água, desenvolvimento sustentável, roças tradicionais, história das comunidades, lendas locais, festividades, artesanato, brinquedos antigos, música, congada, preconceito nas relações raciais e de gênero, história da África, entre outros. Teve como público crianças e jovens

de 6 comunidades quilombolas, alunos da Escola Estadual Maria Antônia Chules Princesa, em Eldorado, bem como seus professores.

## • PROJETO "APRENDENDO COM A NATUREZA" (2007):

Projeto da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, visa possibilitar aos alunos do ensino fundamental a ampliação das noções sobre o meio que os cerca e sistematizar alguns conhecimentos relacionados aos fenômenos que ocorrem no planeta, componentes da terra e equilíbrio da natureza e a interação do ser humano com o ambiente para a manutenção de sua saúde e a conservação ambiental. Tem como meta capacitar professores e alunos

- PUBLICAÇÃO DO LIVRO "GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL" (2008): SMA, FF, FAPESP, do projeto de Pesquisa: "Metodologia de cursos de educação ambiental frente aos PCNs (Parâmetros curriculares Nacionais)" realizado entre 1999 e 2004.
- CRIAÇÃO LEI MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CAJATI E ELDORADO (2009): Esses municípios, com o incentivo do Programa Município Verde (SMA) criaram políticas públicas Municipais, aprovando leis municipais de educação ambiental visando a promoção da EA no município.
- PROJETO NESTLÊ FAZ BEM CUIDAR (2009): O projeto teve início em setembro de 2009 e terá prazo de duração de dois anos, conta com a parceria entre a Nestlê e o Departamento do Meio Ambiente da cidade de Eldorado, tendo como o principal objetivo a construção do conhecimento aliado à alegria, a natureza e ao movimento. Houve a capacitação de 70 participantes entre eles: professores, diretores e funcionários da Prefeitura. Mais de 60 professores do ensino infantil que participaram da capacitação já implantaram o material pedagógico do projeto nas salas de aula. Em consonância com o projeto a prefeitura do município vem aprovando leis ambientais de grande importância no processo da busca pela sustentabilidade, tais como: LEI N 847/09: Lei que cria o calendário de datas Ecológicas; LEI: 855/09: Dispõe sobre Educação Ambiental, institui a Política Municipal de Educação Ambiental e dá providencias; LEI: 848/09: Dispõe sobre a inspeção veicular municipal; e LEI 839/09: Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente COMDEMA.
- **PROJETO CRIANÇA ECOLÓGICA:** Lançado em Março de 2009, o projeto é parte integrante dos 21 projetos Ambientais Estratégicos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente SMA. O Projeto tem o objetivo de informar e sensibilizar as crianças do 5 º ano do Ensino Fundamental I sobre os conceitos básicos da agenda ambiental, visando à mudança de comportamento, tornando-os verdadeiros agentes da sociedade sustentável. Os locais são pedagogicamente preparados para receber as excursões de alunos, que

ganham um exemplar do livro "Criança Ecológica – Sou dessa turma", no qual os personagens ensinam os leitores mirins o que é biodiversidade, a importância das matas ciliares e como devemos usar a água sem desperdiçar, entre outros conceitos indispensáveis a uma vida sustentável no Planeta. O projeto contempla 26 das unidades de conservação (UC's) que possuem, em seus Planos de Manejo, pré-requisitos que permitam o uso público. No Vale do Ribeira, o Parque Estadual Campina do Encantado (Pariquera-Açu) e o Parque Estadual da Caverna do Diabo desenvolvem o Projeto.

# ANEXOS - MAPAS TEMÁTICOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO VALE DO RIBEIRA

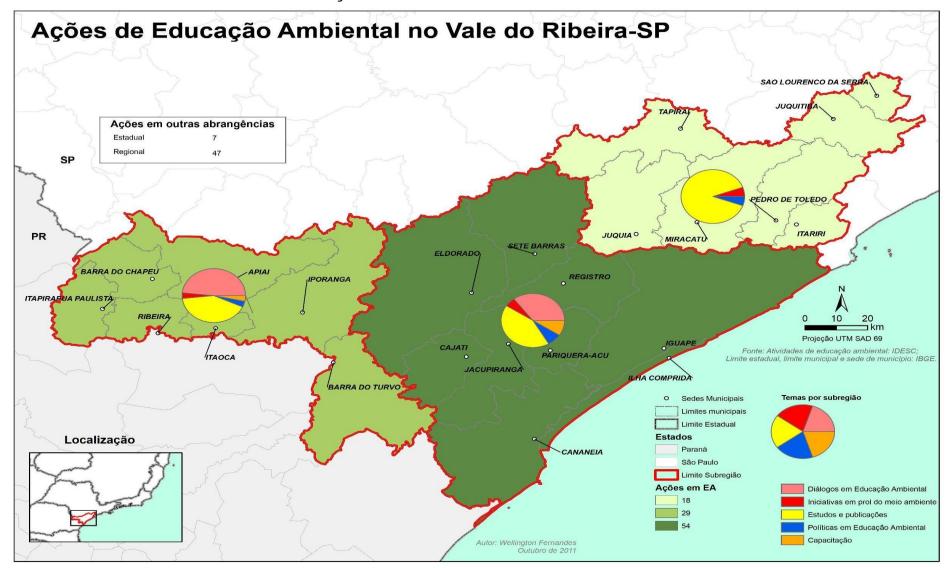


Figura 3- Mapa: Quantidade e tipo de ações em Educação Ambiental levantados por microrregiões.

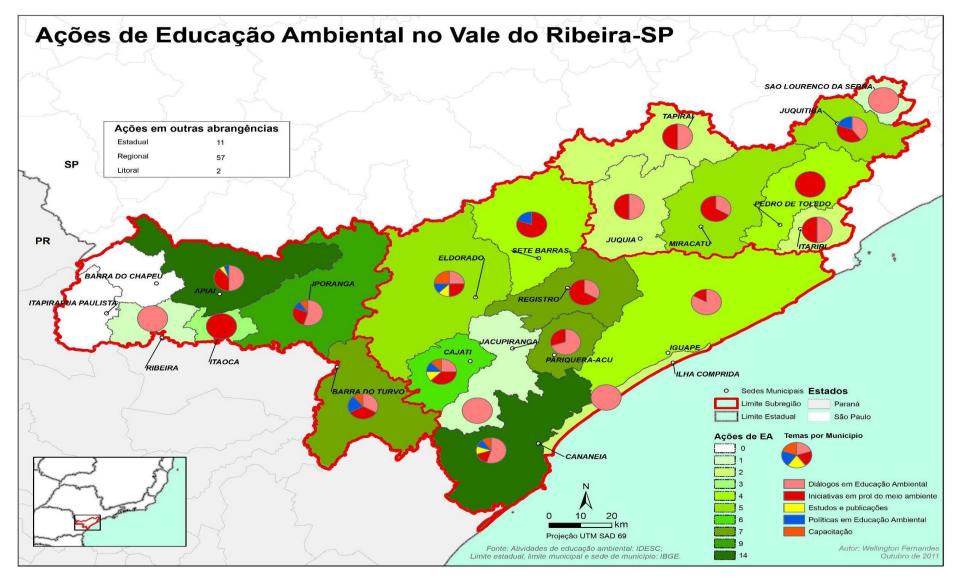


Figura 4 - Mapa: Quantidade e tipo de ações em Educação Ambiental levantados por Municípios.